



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo
CNPJ. 45.128.816/0001-33

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 004/2024

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE TABAPUÃ - SÃO PAULO

OBJETO:

Contratação de empresa para o fornecimento de Coberturas Securitárias aos Veículos que compõem a frota da Prefeitura Municipal de Tabapuã/SP, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência que segue anexo.

VALOR TOTAL ESTIMADO:

R\$ 323.213,73

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

25/04/2024 – às 09h

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

LOCAL

<https://bllcompras.com>

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:

NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo
CNPJ. 45.128.816/0001-33

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 004/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 023/2024 EDITAL DE LICITAÇÃO N.º 005/2024

1. PREÂMBULO

1.1. O **MUNICÍPIO DE TABAPUÃ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 45.128.816/0001-33, com sede administrativa no Paço Municipal, localizado na Avenida Rodolfo Baldi, n.º 817, Centro, na cidade de Tabapuã, Estado de São Paulo, torna público que se encontra aberto o certame licitatório, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, tendo por objeto a contratação de empresa para o fornecimento de Coberturas Securitárias aos Veículos que compõem a frota da Prefeitura Municipal de Tabapuã/SP, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência que segue anexo.

1.2. Este certame será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 10 de junho de 2021, com suas alterações posteriores, Decreto Federal n.º 10.024/2019, no que couber, Decreto Municipal n.º 90 de 09 de setembro de 2022, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.3. O Pregão será conduzido pelo Pregoeiro, denominado condutor, e Equipe de apoio, conforme designação contida nos autos do processo físico, nos termos do Decreto Municipal n.º 090/2022, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "licitações" constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões – BLL – www.bll.org.br.

2. DA DATA, HORÁRIO E LOCAL DA SESSÃO

2.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases através do **sistema** de licitações eletrônicas da **Bolsa de Licitações e Leilões – BLL**, disponível na página eletrônica: www.bll.org.br.

2.2. O Pregão Eletrônico será realizado na data e horário de recebimento, abertura e início da sessão de disputa de preços nos termos do quadro abaixo:

		Data	Horário
Cadastro das propostas	Início	09/04/2024	15h00min
	Término	25/04/2024	09h00min
Abertura e exame das propostas		25/04/2024	09h01min às 09h30min
Início da sessão de lances		25/04/2024	09h31min
Local:	Bolsa de Licitações do Brasil - www.bll.org.br		



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

2.3. Para todas as referências de tempo, será observado o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

3. DO OBJETO

3.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para o fornecimento de Coberturas Securitárias aos Veículos que compõem a frota da Prefeitura Municipal de Tabapuã/SP, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência que segue anexo.

4. DO VALOR ORÇADO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. A contratação objeto da presente licitação têm seu valor orçado em **R\$ 323.213,73 (trezentos e vinte e três e duzentos e treze mil reais e setenta e três centavos)**.

4.2. A despesa total estimada onerará os recursos orçamentários e financeiros, a saber:

- 02 – PODER EXECUTIVO
- 02.05.05 – Divisão de Merenda Escolar
- 12.306.0010.2036 – Merenda Escolar Ensino Fundamental
- 3.3.90.39 – Seguros em Geral
- 02.06.02 – Fundo Municipal de Saúde
- 10.301.0012.2044.0000 – Manutenção da Atenção Básica à Saúde
- 3.3.90.39 – Seguros em Geral
- 02.07.01 – Divisão Mun. Assistência Social Prom. Social
- 08.244.0016.2050.0000 – Coordenação Administrativa da Ass. Social
- 3.3.90.39 – Seguros em Geral
- 02.07.02 – Fundo Mun. De Assistência Social
- 08.244.0016.2051.0000 – Manut. Programa de Proteção Social Básica
- 3.3.90.39 – Seguros em Geral
- 02.07.02 – Fundo Mun. De Assistência Social
- 08.244.0017.2054.0000 – Manutenção da Proteção Social Especial
- 3.3.90.39 – Seguros em Geral
- 02.07.03 – Fundo Mun. Dos direitos da Criança e do Adolescente
- 08.243.0018.2059.0000 – Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar
- 3.3.90.39 – Seguros em Geral
- 02.10.01 – Diretoria Mun. Agricultura e Desenv. Rural
- 20.606.0026.6069.0000 – Prom. E Apoio às atividades da Agricultura
- 3.3.90.39 – Seguros em Geral
- 02.10.03 – Diretoria Municipal de Meio Ambiente
- 18.541.0027.2072.0000 – Desenv. De Ativ. De Prot. Ao Meio Ambiente
- 3.3.90.39 – Seguros em Geral
- 02.01.01 – Cheia do Executivo
- 04.122.0002.2004.0000 – Coordenação Geral do Poder Executivo
- 3.3.90.39 – Seguros em Geral
- 02.01.03 – Diretoria Municipal de Segurança Pública



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

06.181.0030.2011.0000 – Manutenção da Guarda Civil Municipal
3.3.90.39 – Seguros em Geral
02.03.01 – Diretoria Administrativa
04.122.0004.2008.0000 – Coord. e Manutenção da Divisão Administrativa
3.3.90.39 – Seguros em Geral
02.03.03 – Diretoria de Obras, Viação e Serviços
15.452.0020.2061.0000 – Coord. e Manutenção do Serviço Funerário
3.3.90.39 – Seguros em Geral
02.05.01 – Divisão Municipal de Educação
12.122.0006.2014.0000 – Coord. Secretaria Municipal de Educação
3.3.90.39 – Seguros em Geral
02.05.02 – Divisão de Educação Básica
12.361.0006.2016.0000 – Manut. Do Transp. Escolar Educação Básica
3.3.90.39 – Seguros em Geral
Fonte de Recurso:
01 – Tesouro Municipal
02 – Transferências e Convênios Estaduais – Vinculados
05 – Transferências e Convênios Federais – Vinculados

5. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

5.1. Neste certame, a fase de habilitação sucederá a de disputa, seguindo o rito a que se refere a Lei 14.133/21 em seu artigo 17.

5.2. O certame será conduzido pela Comissão Permanente de Licitação/Agente de Contratação, em caso de Concorrência, ou pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, em caso de Pregão Eletrônico, denominados “condutor”, que terá, em especial, as atribuições definidas na Lei n.º 14.133/21 e, em especial:

- 5.2.1. Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- 5.2.2. Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- 5.2.3. Abrir as propostas de preços;
- 5.2.4. Analisar a aceitabilidade das propostas;
- 5.2.5. Desclassificar propostas indicando os motivos;
- 5.2.6. Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- 5.2.7. Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- 5.2.8. Declarar o vencedor;
- 5.2.9. Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- 5.2.10. Elaborar a ata da sessão;
- 5.2.11. Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- 5.2.12. Comunicar a necessidade de abertura de processo administrativo para apuração de irregularidades visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

5.3. Caberá ao licitante interessado em participar do certame:

- 5.3.1. Credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame;
- 5.3.2. Remeter, no prazo estabelecido, via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;
- 5.3.3. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

- praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- 5.3.4. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
 - 5.3.5. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
 - 5.3.6. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do certame na forma eletrônica; e
 - 5.3.7. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

5.4. A participação, na forma eletrônica, se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente registro da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecido.

5.5. É vedado ao fornecedor identificar-se em sua proposta ao lançá-la no sistema ou no decorrer da sessão do certame, sob pena de desclassificação do licitante.

5.6. O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio da PLATAFORMA, que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

6. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar desta Licitação as empresas regularmente estabelecidas no País que sejam credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos, bem como as demais normas que regem a sua atividade e que apresentarem toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento junto ao sistema eletrônico de licitações adotado (Bolsa de Licitações e Leilões).

6.2. Poderão participar deste certame interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

6.3. A participação está condicionada obrigatoriamente a inscrição e **credenciamento do licitante**, preferencialmente de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações e Leilões, **até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.**

6.3.1. A participação do licitante no presente certame significará que tomou conhecimento de todas as informações que julgaram necessárias, e que examinou o conteúdo deste Ato Convocatório, Anexos e Proposta de Preço e os encontrou corretos e que aceita integral e irretratável, os seus termos.

6.3.2. O **provedor do sistema eletrônico poderá cobrar pelos custos** pela utilização dos recursos de tecnologia da informação nos termos do regulamento do sistema.

6.3.3. A PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ/SP está isenta de quaisquer custos de operacionalização e uso do sistema www.bll.org.br, **ficando a cargo do(a) licitante vencedor(a) do certame os encargos financeiros ou de qualquer espécie estabelecidos com a promotora do sistema**, nos percentuais compatíveis com o



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

objeto licitado neste edital de acordo com o termo contratual ajustado entre as partes (Licitante/BLL – Bolsa de Licitações e Leilões) referentes à utilização dos recursos de tecnologia da informação.

6.3.4. O Licitante deverá cumprir o regulamento do sistema eletrônico de licitações, ficando a cargo exclusivo do licitante qualquer responsabilidade decorrente das obrigações assumidas com a promotora do sistema.

6.4. Não poderão participar dessa licitação os interessados:

6.4.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

6.4.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

6.4.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

6.4.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

6.4.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

6.4.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

6.4.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

6.4.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

6.4.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

6.4.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O impedimento de que trata o item 6.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 6.4.2 e 6.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

- 6.7.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 6.8.** O disposto nos itens 6.4.2 e 6.4.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 6.9.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 6.10.** A vedação de que trata o item 6.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 6.11.** A **microempresa ou empresa de pequeno porte**, além da apresentação da declaração constante no respectivo anexo para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

7. DA MICROEMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 7.1.** As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 7.1.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 7.1.2.** A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na Lei 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 7.2.** Nos termos dos artigos 44, § 1º e 45, da Lei Complementar Federal nº 123/06, com suas alterações posteriores, fica assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 7.2.1.** Entende-se por **empate**, para os fins do subitem anterior, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- 7.2.2.** Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

favor o objeto licitado. Nesse caso, será conferido o **prazo de 3 (três) dias** para a microempresa ou empresa de pequeno porte classificada em primeiro lugar apresentar nova planilha orçamentária, com a adequação do preço ofertado.

7.2.3. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese mencionada no caput deste item, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.2.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte, que se encontrem no intervalo estabelecido, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.2.5. Na hipótese de não contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originariamente vencedora deste certame de licitação.

7.3. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte que optar pelos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/06, com suas alterações posteriores, deverá apresentar:

7.3.1. DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO OU CERTIDÃO SIMPLIFICADA, ambas expedidas pela respectiva junta comercial com data de expedição do exercício atual; OU

7.3.2. Quando optante pelo SIMPLES nacional: comprovante da opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal;

7.3.3. Quando não optante pelo SIMPLES nacional: declaração de Imposto de Renda ou Balanço Patrimonial e demonstração do resultado do exercício-DRE, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3º, da Lei Complementar nº. 123/06;

7.4. A participação nas condições previstas neste item, implica no reconhecimento de não se encontrar em nenhuma das situações previstas no parágrafo quarto, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06.

8. DA IMPUGNAÇÃO E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

8.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data de abertura do certame.

8.2. Os pedidos de impugnação devem ser formalizados por meio da ferramenta disponibilizada pelo sistema da BLL.

8.2.1. A decisão sobre a impugnação será proferida pela autoridade subscritora do ato convocatório do certame no prazo de **03 (três) dias úteis**, a contar do recebimento da peça indicada por parte da autoridade referida, que, além de comportar divulgação sistema, deverá também ser juntada aos autos do certame.

8.2.2. O acolhimento da impugnação exige, desde que implique em modificação (s) do ato convocatório do certame, além da (s) alteração (s) decorrente (s), divulgação pela mesma forma que se deu o texto original e designação de nova data para a realização do certame.

8.3. Os pedidos de esclarecimentos devem ser formalizados por meio da ferramenta disponibilizada pelo sistema da BLL.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

- 8.3.1. As dúvidas a serem equacionadas por telefone serão somente aquelas de caráter estritamente informal.
- 8.3.2. O Condutor responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data em que receber o pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos e demais assessorias que verificar necessárias, podendo o prazo ser prorrogado ante as diligências.
- 8.3.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.
- 8.4.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sítio eletrônico da BLL, junto ao processo licitatório, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 8.4.1. O prazo de resposta em relação à impugnação e aos esclarecimentos poderá ser prorrogado em caso de necessidade ante a complexidade do assunto e/ou em caso de solicitação de parecer e diligências.
- 8.4.2. O certame poderá ser suspenso em caso de dilatação do prazo para análise do pedido de esclarecimento e impugnação, caso se constate que esse poderá ultrapassar o último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 8.5.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 8.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada e autorizada pela autoridade competente nos autos do processo de licitação.

9. DO CREDENCIAMENTO

- 9.1.** O licitante deverá estar credenciado, preferencialmente de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações e Leilões, até no mínimo 1 (uma) hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.
- 9.1.1. O licitante deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- 9.1.2. O acesso do operador ao certame, para efeito de registrar a proposta e dar lances em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.
- 9.1.3. Chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer certame eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa de Licitações e Leilões.
- 9.1.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL - Bolsa de Licitações e Leilões ou à Prefeitura Municipal de Tabapuã/SP, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 9.1.5. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame eletrônico.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

- 9.1.6. As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, por telefone, WhatsApp, Chat ou e-mail, disponíveis no endereço eletrônico WWW.BLL.ORG.BR.
- 9.1.7. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3097-4600 e 3097-4646, ou através da Bolsa de Licitações e Leilões ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

10. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

10.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, até data e horário definidos, dos seguintes campos:

- 10.1.1. **Valor unitário do item**, incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, frete e demais encargos, assim como todas as despesas diretas ou indiretas, relacionadas com a integral execução do objeto da presente licitação.
- 10.1.2. **Descrição do objeto**, contendo as informações similares às especificações do Termo de Referência, devendo mencionar MARCA, MODELO e FABRICANTE, bem como o prazo de garantia;
- 10.1.3. Declaração em campo próprio do sistema de que sua proposta atende plenamente as condições previstas neste edital e seus anexos.

10.2. A **não inserção de informações** contendo as especificações requisitadas, ou documentos, caso haja exigência de apresentação na fase de proposta por este Edital ou seus anexos, no campo próprio ("arquivo requerido") da proposta implicará na **desclassificação da licitante**, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta.

10.2.1. Eventuais documentos inseridos no campo "arquivo requerido" não poderão identificar o Licitante, sob pena de desclassificação.

10.3. O **prazo de validade da proposta** será de 60 (sessenta) dias contados da data da sessão deste certame.

10.4. **É vedada a identificação do licitante até o término da fase de disputa, sob pena de desclassificação.**

10.5. O encaminhamento de proposta pelo sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

- 10.5.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 10.5.2. A não anexação da proposta escrita digitalizada não inabilitará a licitante para participar do certame em virtude da existência da proposta eletrônica para fins de participação, não se aplicando o mesmo para os documentos exigidos para fins de avaliação de conformidade da proposta.
- 10.5.3. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 10.5.4. Os preços deverão ser apresentados com a inclusão de todos os custos operacionais necessários para a completa execução do objeto, com os tributos eventualmente devidos e as demais despesas, diretas e indiretas, de modo a constituir a única contraprestação pela execução do objeto desta licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

- 10.5.5. Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas ou vantagens não previstas neste edital.
- 10.5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 10.5.7. Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na apresentação das propostas comerciais, como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos e indenizações de qualquer natureza.
- 10.5.8. A declaração falsa relativa à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas legalmente e neste Edital.
- 10.5.9. O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no edital e seus anexos.

10.6. Até a abertura da sessão pública, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

10.7. **Da proposta comercial/física:**

- 10.7.1. O licitante mais bem classificado deverá encaminhar a proposta física adequada ao último lance ofertado, acompanhada dos **documentos complementares**, quando necessários, à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados.
- 10.7.2. A proposta de preço deverá ser apresentada de acordo com o modelo constante do deste edital, em língua portuguesa, datilografada ou digitada, datada, rubricada e assinada, sem emendas, rasuras, borrões, entrelinhas ou ressalvas, contendo, obrigatoriamente, preços unitário e total, de acordo com as especificações deste edital.

10.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

10.9. A apresentação da proposta de preços implicará na aceitação, por parte da licitante, das condições previstas neste EDITAL e seus ANEXOS.

10.10. A(s) licitante(s) assume(m) o(s) custo(s) para a preparação e apresentação de sua(s) proposta(s), sendo que o órgão licitante não se responsabilizará, em qualquer hipótese, por esta(s) despesa(s), independentemente da condução ou do resultado do certame.

11. **DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

11.1. A licitante deverá encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, os documentos de habilitação exigidos neste Edital até a data e horário marcados para abertura da sessão pública.

11.2. Até a abertura da sessão pública, a licitante poderá retirar ou substituir os documentos de habilitação anteriormente encaminhada.

11.3. Para fins de habilitação, os licitantes deverão apresentar os documentos abaixo relacionados, juntamente com documentos de identificação pessoal e de representação:

11.4. **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

11.4.1. A licitante deverá comprovar a existência jurídica da pessoa e a autorização para o exercício da atividade a ser contratada, quando o caso, por meio dos seguintes documentos:

- I. **Empresa individual:** Registro Comercial.
- II. **Microempreendedor Individual (MEI)** – Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- III. **Sociedades Comerciais:** Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial.
- IV. **Sociedades por Ações:** Documentos de eleição dos atuais administradores, acompanhados da documentação mencionada na alínea anterior, deste subitem.
- V. **Sociedades Civis:** Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, acompanhado de prova da Diretoria em Exercício.
- VI. **Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no país:** Decreto de Autorização e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.5. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- 11.5.1. Prova de **inscrição** no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** do Ministério da Fazenda (**CNPJ**);
- 11.5.2. Prova de **inscrição** no Cadastro de **Contribuintes Estadual**, relativo à sede ou ao domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- 11.5.3. Prova de **inscrição** no Cadastro de **Contribuintes Municipal**, relativo à sede ou ao domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- 11.5.4. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a **Tributos Federais** (inclusive às contribuições sociais) e à **Dívida Ativa da União**, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);
- 11.5.5. Certidões de regularidade de débito com a **Fazenda Estadual**, da sede ou do domicílio do licitante;
- 11.5.6. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Municipal**, da sede ou do domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- 11.5.7. Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**);
- 11.5.8. Certidão Negativa de **Débitos Trabalhistas (CNDT)** ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.
- 11.5.9. Declaração de que **não emprega menor de idade**, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, podendo esta constar da Declaração Unificada, conforme modelo anexo.

11.6. HABILITAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

- 11.6.1. Certidão Negativa de **Falência, Concordata, Recuperação Judicial e/ou Extrajudicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Execução Patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física;
- I. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for **positiva**, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

11.7. OPERACIONAL

QUALIFICAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL /

- 11.7.1. **Declaração da Licitante de que tomou conhecimento** de todas as informações necessárias, inclusive das condições locais, para o fiel cumprimento das obrigações deste certame de licitação, podendo esta constar da Declaração Unificada, conforme modelo anexo.
- 11.7.2. **Atestado de Visita Técnica** – a visita será facultativa, caso a Caso a licitante não queira realizar a visita técnica, deverá apresentar em substituição ao atestado de visita técnica a Declaração de Renúncia à Visita Técnica, conforme anexo.
- I. A vistoria deverá ser previamente agendada com antecedência mínima de um dia útil e antes da data estipulada para ter lugar a sessão pública, com indicação dos itens que requererá a visita.
 - II. Não serão aceitas alegações posteriores de desconhecimento das condições locais necessárias à execução das obras

11.8.

OUTRAS COMPROVAÇÕES

11.9.

DECLARAÇÃO UNIFICADA, conforme modelo

constante deste edital, atestando que o participante:

- 11.9.1. Tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, e tem plena aceitação das regras e das condições gerais da contratação (*art. 67, VI, da Lei 14.133/21*);
- 11.9.2. Não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menor de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos (*art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal*).
- 11.9.3. Não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil, de gerência, administração ou tomada de decisão, (*inciso IV, do art. 14º da Lei 14.133/2021*);
- 11.9.4. Não está impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta (*inciso III, do art. 14 da Lei 14.133/2021*);
- 11.9.5. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social (*inciso IV, do art. 63, da Lei 14.133/21*);
- 11.9.6. Que cumpre as condições de habilitação e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 11.9.7. Que cumpre as normas relativas a saúde e a segurança do trabalho de seus empregados, excluindo no que se refere a este aspecto quaisquer responsabilidades do Município de Tabapuã/SP;

11.10.

Os **documentos relativos à habilitação**, deverão ser **digitalizados e adicionados**, ATÉ A DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DA



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

SESSÃO PÚBLICA, através de transferência de eletrônica de arquivos (UPLOAD), na Plataforma, no formato preferencial “pdf” ou demais (“doc, xls, png ou jpg”), recomendando o limite de 6mb para cada arquivo, conforme regras de aceitação estabelecidas pela Plataforma www.bll.org.br.

11.10.1. Os documentos apresentados digitalmente no registro cadastral são de responsabilidade do interessado, que responderá nos termos da legislação civil, penal e administrativa por eventuais inconsistências ou fraudes.

11.10.2. O condutor poderá solicitar a comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade e autenticidade do documento digital.

11.10.3. O condutor reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

11.10.4. A apresentação do original do documento digitalizado será necessária quando a lei expressamente o exigir ou quando houver dúvida em relação a este.

11.10.5. A falta de quaisquer dos documentos mencionados, ou a apresentação dos mesmos em desacordo com o presente edital, implicará na inabilitação da licitante.

11.10.6. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos exigidos, inclusive no que se refere às certidões.

11.11. Todas as certidões e documentos deverão ser apresentados na forma da Lei dentro do prazo de validade fixado nos documentos oficiais apresentados.

11.11.1. Poderão ser apresentadas Certidões Positivas com efeitos de negativa, conforme artigo 206 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1.966).

11.11.2. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até **90 (noventa) dias** imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

11.12. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que for homologado o certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento de débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

11.12.1. A não regularização da documentação implicará na decadência do direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura, ou revogar a licitação.

11.13. O Condutor diligenciará efetuando consulta direta na Internet nos “sites” dos órgãos expedidores para verificar a veracidade de documentos obtidos por este meio eletrônico.

11.14. DAS DILIGÊNCIAS DOCUMENTAIS:

11.14.1. Na análise dos documentos de habilitação, o Condutor e equipes de apoio poderão sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante registro do ocorrido, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.14.2. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

- I. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- II. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

11.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, será examinada a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital

12. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

12.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

12.2. Ao término do prazo definido para credenciamento e recebimento das propostas, encerra-se, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

12.3. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando necessário, até a abertura da sessão pública.

12.4. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Condutor do certame e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens (chat), em campo próprio do sistema eletrônico.

12.5. A partir do horário previsto no Edital e no sistema, o Condutor verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital ou com a legislação vigente.

12.5.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

12.5.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema.

12.6. O Condutor do certame poderá **suspender** a sessão pública quando constatar que a avaliação da conformidade das propostas, de que trata o art. 28 do Decreto n.º 10.024/2019, perdurará por mais de um dia tendo em vista a quantidade de itens ou complexidade destes.

12.6.1. Após a suspensão da sessão pública, o condutor enviará, via chat, mensagens às licitantes informando a data e horário previstos para o início da disputa.

12.7. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

12.8. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

13. DA FASE COMPETITIVA

13.1. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances e deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

- 13.1.1. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 13.1.2. Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 13.1.3. O lance deverá ser ofertado pelo valor global.**
- 13.1.4. O sistema **não identificará o autor** dos lances aos demais participantes.
- 13.1.5. Para efeito da disputa de preços, as propostas encaminhadas eletronicamente pelos licitantes serão consideradas lances.
- 13.1.6. Na hipótese da empresa licitante não conseguir ofertar o menor preço, conforme redução mínima prevista, a mesma poderá apresentar lances intermediários para deixar registrado na ata para fins de classificação e para eventual convocação ocasionada por inabilitação das empresas classificadas provisoriamente em melhores colocações ou se ocorrer liberação do fornecimento.
- 13.1.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 13.1.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 13.1.9. A redução mínima entre os lances deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).**
- 13.1.10. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante poderá variar conforme o certame e objeto licitado, quando o condutor definir uma margem de lance para esse lote.
- 13.1.11. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.
- 13.2.** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 13.2.1. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades legais cabíveis.
- 13.2.2. Fica a critério do condutor a autorização da **correção de lances** com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances ou durante esta.
- 13.2.3. Fora da situação mencionada no item anterior, após o credenciamento das propostas, durante a sessão de disputa de lances não serão aceitos pedidos de desclassificação do licitante para o item/lote alegando como motivo "erro de cotação" ou qualquer outro equívoco da mesma natureza.
- 13.2.4. Após a sessão de disputa de lances, durante a fase de aceitação/habilitação **não serão aceitos** pedidos de desclassificação do licitante aduzindo em defesa, causas, razões ou circunstâncias que visivelmente só ocorreram por responsabilidade objetiva do licitante.
- 13.2.5. Caso a correção de lances não seja possível de ser realizada antes do término da disputa e haja pedido do licitante em tempo hábil durante essa fase, poderá o condutor realizar a devida correção do em prol de real obtenção da melhor proposta.
- 13.3.** Com o intuito de conferir celeridade à condução do processo licitatório, é permitido ao condutor a abertura e gerenciamento simultâneo de vários lotes da mesma licitação, quando for o caso.
- 13.3.1. Em regra, a disputa simultânea de lotes obedecerá à ordem sequencial dos mesmos. Entretanto, o condutor poderá efetuar a abertura da disputa de lotes selecionados fora da ordem sequencial, se assim desejar.
- 13.4.** No caso de **desconexão** do Condutor, no decorrer da etapa competitiva do Certame Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Condutor, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

13.4.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica (Chat) ou e-mail divulgando data e hora da reabertura da sessão.

13.5. O condutor tem a ação de iniciar a fase de lances, depois todo processo é automático, realizado pelo sistema eletrônico.

13.6. **Modo de disputa: ABERTO.**

13.6.1. O modo de disputa **aberto** é aquele em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos com prorrogações.

13.6.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

13.6.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

13.7. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública **encerrar-se-á automaticamente**.

13.7.1. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o condutor, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

13.7.2. O Sistema eletrônico informará as propostas de menor preço de cada participante imediatamente após o encerramento da etapa de lances.

13.8. O sistema identificará em coluna própria as **microempresas e empresas de pequeno porte** participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC n.º 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto n.º 8.538, de 2015.

13.9. Nessas condições, as propostas de **microempresas e empresas de pequeno porte** que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas **empatadas** com a primeira colocada.

13.9.1. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

13.9.2. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

13.9.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

13.10. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

13.11. Havendo eventual **empate** entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto na legislação vigente, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

13.11.1. No país;

13.11.2. Por empresas brasileiras;

13.11.3. Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

13.11.4. Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

13.11.5. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

13.12. O sistema informará a proposta de menor preço (ou melhor proposta) imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo condutor acerca da aceitação do lance de menor valor.

13.13. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o condutor poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a **negociação** em condições diferentes das previstas neste Edital.

13.13.1. A **negociação** será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

13.14. Após a **negociação** do preço, o condutor iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

14. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

14.1. A licitante classificada em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta atualizada, em planilha detalhada, com o valor devidamente adequado, conforme solicitado pelo condutor e no prazo estabelecido por este.

14.1.1. Eventuais ajustes para fins de adequação da planilha devem ser realizados de forma a não majorar o valor proposto.

14.2. Encaminhada a proposta atualizada, o condutor examinará a proposta quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

14.3. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o Condutor examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital;

14.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

14.5. DA INEXEQUIBILIDADE:



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

- 14.5.1. No caso de **bens e serviços** em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, e só será considerada após diligência do Conductor, que comprove:
- I. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - II. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 14.5.2. Em contratação de **serviços de engenharia**, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- I. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
 - II. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
 - III. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a **75% (setenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
 - IV. Será exigida **garantia adicional** do licitante vencedor cuja proposta for inferior a **85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado** pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 14.5.3. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 14.5.4. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 14.6.** No **juízo das propostas**, o condutor poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.
- 14.6.1. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.
- 14.6.2. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 14.6.3. O Conductor poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 14.6.4. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Conductor por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceite pelo Conductor.
- 14.6.5. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Conductor, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Conductor, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

14.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Condutor examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

14.8. Havendo necessidade, o Condutor suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

14.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Condutor seguirá o andamento do certame, observado o disposto neste Edital.

15. DO EXAME DA HABILITAÇÃO E DECLARAÇÃO DO VENCEDOR

15.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Condutor verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- c) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU;
- d) Relação de Apenados publicada no Diário Oficial do Estado através da pesquisa de Impedimento de Contratos/Licitações no seguinte endereço eletrônico: (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-na-relacao-de-apanados>).

15.2. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos itens a, b e c acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

15.3. A consulta aos cadastros será realizada em **nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário**, por força da vedação de que trata o artigo 12, da Lei n.º 8.429/92.

15.4. Constatada a existência de sanção, o Condutor reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

15.5. Os documentos que compõem a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Condutor e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

15.6. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação e da proposta escrita dentro do prazo estabelecido, ou seja, até a abertura da sessão, acarretará na desclassificação e/ou inabilitação da licitante, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo Condutor.

15.7. Atendidas todas as condições de participação, o Condutor passará a análise dos documentos de habitação, para verificação do atendimento das condições fixadas neste edital. A habilitação far-se-á com a verificação de que o licitante atende às exigências deste edital quanto à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira e demais exigidas.

15.8. Constatado o atendimento das exigências habilitatórias previstas no EDITAL, a licitante será declarada vencedora.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

15.9. A proposta final será considerada de acordo com as ocorrências documentadas nos autos e será levada em consideração o valor finalizado e constante em ata da sessão pública e servirá para balizar a execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

15.10. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

15.11. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

16.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

16.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

16.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC n.º 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

16.1.3. Quando o julgamento das propostas ou documentos de habilitação demandarem mais tempo para análise, hipótese em que será comunicada a suspensão da sessão por meio do sistema eletrônico ("chat").

16.2. Todos os licitantes remanescentes serão convocados para acompanhar a sessão reaberta.

16.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), de acordo com a fase do procedimento licitatório, sendo de exclusiva responsabilidade dos licitantes o acompanhamento das convocações.

16.3.1. Todas as mensagens enviadas pelo sistema eletrônico ficam disponíveis na página do respectivo certame eletrônico, sendo responsabilidade dos licitantes o acompanhamento destas, independentemente do aviso ou não por meio da ferramenta eletrônica.

17. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

17.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2. Finalizada a fase de julgamento de propostas e consequente habilitação, será aberto o prazo, por meio do sistema, para manifestação da intenção de interposição de recurso.

17.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, em campo próprio do sistema, sob pena de preclusão.

17.2.2. O licitante deverá indicar contra qual (s) decisão (s) pretende recorrer e por quais motivos, de forma sucinta.

17.2.3. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de **10 (dez) minutos**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

17.2.4. O acesso à fase de manifestação da intenção de recurso será assegurado aos licitantes classificados, desclassificados, bem como aos habilitados e inabilitados.

17.3. Havendo quem se manifeste, caberá ao Conductor verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

17.3.1. Nesse momento o Conductor não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

17.3.2. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou por mera irresignação quanto a eventual insucesso.

17.4. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir do primeiro dia útil seguinte à manifestação da intenção de recurso, o prazo de **03 (três) dias úteis** para incluir peça recursal, bem como razões e demais documentos no campo próprio, via upload, exclusivamente no sistema de licitações.

17.4.1. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

17.4.2. Os recursos interpostos fora do prazo ou do sistema não serão conhecidos.

17.4.3. Os demais licitantes ficarão, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **03 (três) dias úteis**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-se assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.4.4. O recurso contra decisão do Conductor terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

17.4.5. Na hipótese de interposição de recurso, o Conductor encaminhará os autos devidamente fundamentados à autoridade competente, com razões e contrarrazões, caso existentes;

17.4.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão, ou, encaminhar recurso para a autoridade superior.

17.4.7. Os autos do processo físico permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço constante neste Edital e não poderão ser retirados do endereço.

17.5. Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente, no interesse público, adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório;

17.5.1. A decisão dos recursos administrativos será divulgada por meio do sistema de licitações, no campo referente ao processo licitatório.

17.5.2. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

18. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS E DA PROPOSTA ESCRITA

18.1. Finalizada a sessão pública, o licitante vencedor deverá encaminhar, conforme orientações no chat eletrônico, a proposta atualizada, conforme valor final, podendo ser utilizado o e-mail licitacao@tabapua.sp.gov.br, bem como os seguintes documentos:

18.1.1. **Declaração de Atualização Cadastral** emitida no sistema CADTCESP para todos os responsáveis que firmarão o ajuste pelo Órgão Público. (Artigos 1º e 2º das Instruções nº 01/2020).

18.2. Além dos documentos acima, o licitante vencedor deverá encaminhar os documentos de habilitação originais que não possuam autenticação



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

digital, devendo ser relacionados e apresentados na Divisão de Licitação e Contratos desta Prefeitura Municipal de Tabapuã/SP, Setor de Licitações e Contratos, localizada na Av. Rodolfo Baldi, n.º 817, Centro, CEP: 15880-014, Tabapuã/SP, das 08h30min às 11h30min e das 13h às 16h, em até 03 (três) dias úteis, prorrogáveis à critério da Administração Pública, após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis.

18.2.1. Em caso de cópia simples, deverá esta ser acompanhada do original para que seja autenticada por servidor da Administração no ato de apresentação ou publicação em órgão de imprensa oficial.

18.2.2. Será aceita a autenticação digital feita por cartório competente para fins de certificação de documentação de habilitação.

18.2.3. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICPBrasil, nos termos da Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumir-se-ão verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

18.2.4. A licitante participante e seu representante legal são responsáveis pela autenticidade e veracidade dos documentos enviados eletronicamente.

18.2.5. A critério do Conductor, desde que devidamente justificado, o prazo para entrega física dos documentos poderá ser prorrogado.

18.3. Objetivando a segurança e a integridade dos documentos apresentados, recomenda-se que sejam numerados e rubricados em todas as folhas.

18.4. A proposta escrita deverá ser apresentada rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo representante Legal da Empresa, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, sem cotações alternativas, devidamente datada.

18.5. Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na apresentação das propostas comerciais, como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos e indenizações de qualquer natureza.

19. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

19.1. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor **recurso**, por parte da (s) proponente (s), importará na decadência do direito de recurso, competindo ao respectivo condutor do certame **adjudicar** o (s) objeto (s) do certame à (s) proponente (s) vencedora (s).

19.2. Existindo recurso (s) e constatada a regularidade dos atos praticados e após a decisão do (s) mesmo (s), a autoridade competente deve praticar o ato de adjudicação do (s) objeto (s) do certame à (s) proponente(s) vencedora(s).

19.3. A homologação é ato de competência da autoridade que determinou a abertura do procedimento.

19.4. A partir do ato de homologação será fixado o início do prazo de convocação da (s) proponente(s) adjudicatária(s) para assinar o Contrato ou documento equivalente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

20. DA CONTRATAÇÃO

20.1. Após a homologação da licitação será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

20.2. O(s) adjudicatário(s) terá(o) o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação expedida pelo setor competente, para comparecer para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), no endereço Av. Rodolfo Baldi, nº 817, bairro Centro, na cidade de Tabapuã/SP, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

20.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

20.2.2. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

20.3. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos.

20.4. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Lei n.º 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos na mesma Lei.

21. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

21.1. Correrá por conta da Contratada as despesas para efetivo atendimento ao objeto licitado, tais como seguro, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e a entrega deverá ocorrer sem prejuízo dos serviços normais desta Prefeitura Municipal.

21.2. A empresa contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas na licitação, apresentando documentação revalidada se, no curso do contrato, algum documento perder a validade.

21.3. A Administração poderá obrigar o Contratado a corrigir as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se verificar incorreções relacionados à quantidade e qualidade do objeto contratados.

21.4. Ficam reservados à Fiscalização o direito e a autoridade de resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissos, não previsto no contrato, nas especificações e em tudo o mais que, de qualquer forma, se relacione, direta ou indiretamente, com os produtos em questão, aceitando, a CONTRATADA, todas as condições e métodos de controle e de verificação adotados pela

21.5. As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada quanto à execução do objeto.

21.6. Todos os serviços e/ou produtos deverão atender as normas técnicas que regem seu segmento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

21.7. O recebimento definitivo não exime a Contratada de sua responsabilidade, na forma da lei, pela qualidade, correção e segurança do objeto.

22. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- 22.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo condutor responsável durante o certame;
- 22.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - I. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - II. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - III. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - IV. deixar de apresentar amostra; ou
 - V. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 22.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 22.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração;
- 22.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 22.1.6. Fraudar a licitação
- 22.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - I. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - II. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 22.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 22.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

22.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 22.2.1. advertência;
- 22.2.2. multa;
- 22.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 22.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

22.3. Na aplicação das sanções serão considerados de forma proporcional para a gradação das penalidades:

- 22.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 22.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 22.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 22.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 22.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

22.4. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente aos casos de inexecução parcial do contrato, salvo quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

22.5. A sanção de multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da contratação, e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.

22.5.1. Para os casos previstos nos incisos IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, será aplicada multa de 0,5% a 5% do valor do objeto licitado.

22.5.2. Em caso de descumprimento parcial das obrigações pactuadas após notificação de advertência, será aplicada multa de 5% a 10% do valor do contrato.

22.5.3. Em caso de descumprimento parcial que cause danos à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, será aplicada multa de 10% até 20% do valor do contrato.

22.5.4. Em caso de descumprimento total das obrigações pactuadas, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

22.5.5. Para os casos previstos nos incisos VIII, IX, X, XI, XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, será aplicada multa de 15% a 30% do objeto contratado.

22.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito desta Administração Pública pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

22.7. A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

22.7.1. A declaração será precedida de análise jurídica e observará as regras definidas no §6º, do artigo 156, da Lei 14.133/21.

22.8. A sanção de multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

22.9. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

22.10. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

22.11. Caberá recurso no prazo de **15 (quinze) dias úteis** da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

22.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

22.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

22.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

22.15. Independentemente da aplicação das penalidades retro indicadas, a (s) licitante (s) ficará(o) sujeita(s), ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração Pública e decorrentes de sua inadimplência, bem como arcará(o) com a correspondente diferença de preços verificada em nova contratação, na hipótese da(s) licitante(s) classificada(s) não aceitar(em) a contratação pelos mesmos preços e prazos fixados pela inadimplente.

22.16. Para efeito de aplicação de qualquer penalidade, são assegurados o contraditório e a ampla defesa.

22.17. Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada; tratando-se de penalidade que implique no impedimento de licitar e contratar com a PREFEITURA, ou de declaração de inidoneidade, será obrigatória a comunicação do ato ao Tribunal do Contas do Estado.

22.18. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos, podendo as multas serem descontadas dos créditos da empresa ou, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente.

22.19. Após a assinatura do contrato, a Contratada ficará sujeita as penalidades previstas no respectivo instrumento contratual, sem prejuízo de demais penas aplicadas na forma da legislação vigente.

23. DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. As normas disciplinadoras deste certame serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, observada a igualdade de oportunidades entre as licitantes, sem comprometimento do interesse público, e dos contratos delas decorrentes.

23.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste certame, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.

23.3. Não havendo expediente no órgão licitante ou ocorrendo qualquer ato / fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local estabelecidos neste EDITAL, desde que não haja comunicação do Condutor em sentido contrário.

23.4. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público superveniente, devendo invalidá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem que caiba direito a qualquer indenização.

23.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais deixará de importar no afastamento da licitante, desde que possíveis a exata compreensão de sua proposta e a aferição da sua qualificação, durante a realização da sessão pública do certame.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

23.6. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos colacionados em qualquer fase do certame.

23.7. Este Edital e seus Anexos, bem como a(s) proposta(s) da(s) licitante(s) adjudicatária(s), farão parte integrante do contrato, independentemente de transcrição.

23.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação

23.9. Os casos omissos neste edital serão solucionados pelo respectivo condutor, com base na legislação municipal e, subsidiariamente, nos termos da legislação federal e princípios gerais de direito.

23.1. Integram este edital os seguintes anexos:

23.1.1. Anexo I – Termo de Referência;

23.1.2. Anexo I.I – Planilha descritiva

23.1.3. Anexo II – Modelo de Proposta de Preço

23.1.4. Anexo III – Modelo de Declaração Unificada/Conjunta

23.1.5. Anexo III.1 – Modelo de Atestado de Visita

23.1.6. Anexo III.2 – Modelo de declaração de renúncia a visita

23.1.7. Anexo IV – Modelo de Declaração de Enquadramento como ME/EPP

23.1.8. Anexo V – Modelo de Procuração

23.1.9. Anexo VI – Minuta de Contrato

23.1.10. Anexo VII – Termo de Ciência e Notificação

23.2. Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente do Foro da Comarca de Tabapuã, Estado de São Paulo.

Município de Tabapuã/SP, 08 de abril de 2024.

SILVIO CESAR SARTORELLO
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de Cobertura Securitária dos veículos que compõem a frota da Prefeitura Municipal de Tabapuã/SP, conforme especificações constantes do Termo de Referência, durante o período de 12 (doze) meses.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO:

2.1. A contratação de empresa especializada na prestação de serviços no ramo de seguros automotivos tem por finalidade a prevenção da integridade dos veículos pertencentes à Prefeitura Municipal de Tabapuã/SP, visando minimizar os riscos de perdas patrimoniais pela ocorrência de sinistros, a preservação dos bens públicos e com o objetivo de manter a segurança dos ocupantes e terceiros na ocorrência de sinistros.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. Segue quadro com quantitativo estimado e descrição do produto.

Nº	Seguro	Proprietário	DESCRIÇÃO VEICULO	PLACA	APOLICE ANTERIOR	VENCIMENTO APÓLICE VIGENTE - CRONOGRAMA FINANCEIRO
1	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	Toyota - Corolla XEI 20	FEF5A16	01.31.0110045	04/01/2024.
2	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	Fiat/Argo Trekking 1.3	GAN6H54	01.31.0110061	04/01/2024.
3	Renov.	Secretaria de Agricultura e Abastecimento (46.384.400/0001-49)	MMC/L200 TRITON SPO GL	GJR6I13	01.31.0110062	04/01/2024.
4	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	VW/NOVO GOL 1.0	DBA9F57	01.31.0110068	04/01/2024.
5	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	VW/GOL TL MB S	FRT4074	01.31.0110069	04/01/2024.
6	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	VW/GOL TL MB S	FRZ4072	01.31.0110085	04/01/2024.
7	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	M.BENZ/BUSSCAR VIS BUSS R	DVT9A43	01.31.0110276	04/01/2024.
8	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	M.BENZ/BUSSCAR VIS BUSS R	DVT9A44	01.31.0110086	04/01/2024.
9	Renov.	Secretaria do Estado da Educação de São Paulo (46.384.111/0001-40)	M.BENZ/CAIO LO 916.ORE	FDB3C06	01.31.0110087	04/01/2024.
10	Renov.	Polícia Militar do Estado de São Paulo (46.374.500/0252)	RENAULT/MASTER MINIBUSL3	FXP3C57	01.31.0110046	04/01/2024.
11	Renov.	Secretaria de Estado da Saúde (46.374.500/0252-60)	RENAULT/MASTER MINIBUSL3	FUJ0E65	01.31.0110047	04/01/2024.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

12	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	I/M BENZ TIVO111CDI	GAQ6B16	01.31.0110048	04/01/2024.
13	Renov.	Secretaria de Assuntos Administrativos e Ministério da Cidadania 05.756.246/0004-54	IVECO/DAILY 30-130CS	REV2H83	01.31.0110049	04/01/2024.
14	Renov.	Secretaria da Educação São Paulo (46.384.111/0010-30)	M.BENZ/ACCELO 1016	FRB4B96	01.31.0110050	04/01/2024.
15	Renov.	Secretaria de Agricultura e Abastacimento (46.384.400/0001-49)	VW/17.190 CRM 4X2 ROB	DGY4G35	01.31.0110051	04/01/2024.
16	Renov.	Secretaria de Agricultura e Abastacimento (46.384.400/0001-49)	VW/17.190 CRM 4X2 ROB	EXN0D12	01.31.0110052	04/01/2024.
17	Renov.	Secretaria de Estado da Saúde (46.374.500/0252-60)	RENAULT/MASTERL2 VER AMB	FQH9A84	01.31.0110053	04/01/2024.
18	Renov.	Secretaria de Estado da Saúde (46.374.500/0252-60)	RENAULT/MASTERF2 REV AMB	DF9H42	01.31.0110056	04/01/2024.
19	Renov.	Secretaria de Estado da Saúde (46.374.500/0252-60)	RENAULT/MASTERF2 REV AMB	BQU3H51	01.31.01110058	04/01/2024.
20	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	MARCOPOLO MINIBUS VOLARE V8L ESCOLAR CURTO E5 36 PASS	FOT5269	01.31.0124372	12/09/2024
21	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	VOLKSWAGEN ONIBUS 15.190 EOD 45 PASS	GDG4319	01.31.0120761	18/09/2024.
22	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	YAMAHA XTZ 250 LANDER BLUEFLEX - 2 PASS	FRE6268	01.31.0120698	25/09/2024
23	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	YAMAHA XTZ 250 LANDER BLUEFLEX - 2 PASS	GGX2618	01.31.0120700	25/09/2024
24	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	RENAULT NOVO LOGAN DYNAMIQUE 1.6 16V SCE FLEX 5PASS	FZO5998	01.31.0120701	25/09/2024
25	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	MARCOPOLO MINIBUS VOLARE V6L ESCOLAR E5 - 31 PASS	FOE5680	01.31.0122278	16/10/2024.
26	Renov.	Secretaria da Educação do Estado de São Paulo	MERCEDES BENZ MICROONIBUS LO 812 - 31 PASS	DJM1C33	01.31.0122279	16/10/2024.
27	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	MARCOPOLO MINIBUS VOLARE V6L ESCOLAR E5 - 31 PASS	FOE5681	01.31.0122276	16/10/2024.
28	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	VOLKSWAGEN MICRO ONIBUS 8.160 OD - 22 PASS	DJM7921	01.31.0122280	16/10/2024.
29	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	NISSAN SENTRA SL 2.0 16V FLEX AUT. - 5 PASS	FMU6570	01.31.0122277	16/10/2024.
30	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	PEUGEOT PARTNER FURGÃO 1.6 16V FLEX - 2 PASS	EVU5990	01.31.0124104	04/12/2024
31	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	MERCEDES BENZ MICRO ONIBUS LO 916 - 31 PASS	FOU8918	01.31.0124106	04/12/2024



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

32	Renov.	Ministério da Saúde (CNPJ 00.394.544/0008-51)	IVECO/FIAT DAILY GRAN FURGONE 35S14 4X2 E5 - 3PASS	EJD1261	01.31.0110063	04/01/2024.
33	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	CHEVROLET NOVO PRISMA SEDAN LT 1.4 8V FLEXPPOWER AUT.	EUX1380	01.31.0110067	04/01/2024.
34	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	CITROEN AIRCROSS START 1.6 16V FLEX - 5 PASS	BWW7045	01.31.0112049	03/03/2024.
35	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	MERCEDES BENS MICROONIBUS LO 916-31 PASS	BMC2971	01.31.0115373	23/02/2024.
36	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	MERCEDES BENZ ONIBUS O-400 RS 44 - PASS	BSF5353	01.31.0112042	03/03/2024.
37	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	MERCEDES BENZ ONIBUS O-374 RS - 53 PASS	BWQ3800	01.31.0112043	03/03/2024.
38	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	RENAULT LOGAN SEDAN EXPRESSION 1.0 16V FLEX	DBA9552	01.31.0115031	03/03/2024.
39	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	RENAULT KWID LIFE 1.0 12V FLEX	FWA2678	01.31.0115374	20/04/2024.
40	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	FORD CAMINHÃO CARGO 816 TURBO E5 4X2 3 PASS	FPQ2942	01.31.0117776	10/07/2024.
41	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	MERCEDES BENZ ONIBUS O-500-44 PASS	DAO5943	01.31.0117633	24/07/2024.
42	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	MERCEDES BENZ ONIBUS O-500-44 PASS	DAO5945	01.31.0117634	24/07/2024.
43	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	MERCEDES BENZ ONIBUS O-500 R - 44 PASS	CUD8421	01.31.0117635	24/07/2024.
44	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	RENAULT NOVO LOGAN AUTHENTIQUE 1.0 12V FLEX 5PASS	GDE1929	01.31.0117636	24/07/2024.
45	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	CHEVROLET SPIN PREMIER 1.8 8V ECONOFLEX AUT. 7 PASS	CCU7804	01.31.0118676	03/08/2024
46	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	RENAULT KWID LIFE 1.0 12V FLEX 5 PASS	FPB7919	01.31.0118675	03/08/2024
47	Novo	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	FIAT STRADA FREEDOM 1.3 8V FLEX	FFR9J43		
48	Novo	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	CHEVROLET MONTANA 1.4 FLEX 2 PASS.	FQF7F20		
49	Novo	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	FIAT PALIO 1.0 FLEX 5 PASS.	GCI8I80		
50	Novo	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	FIAT IDEA 1.8 FLEX 5 PASS. PRATA	NPI1E46		

3.2. Os itens acima estão melhor especificados na tabela do Anexo I.I.

3.3. O vencimento da apólice em vigência servirá como cronograma financeiro dos veículos que já possuem apólice em vigor, sendo que a renovação do seguro com a presente contratação apenas ocorrerá após o vencimento da apólice em vigência, de forma a evitar a vigência concomitante de duas apólices.

3.4. A vigência contratual e a vigência das apólices são distintas e podem possuir termo inicial diferente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

Item 1. Definições e especificações do objeto da licitação que deverão ser atendidas integralmente pelos licitantes:

I. Sinistro: é o envolvimento do veículo segurado em qualquer ocorrência involuntária e casual que resulte em prejuízo material.

II. Cobertura: para os fins desta licitação, compreende colisão, incêndio, roubo e furto.

III. Importância segurada: valor da indenização. No caso desta licitação, a importância segurada de cada veículo é denominada por "Valor de Mercado - 100% Tabela FIPE". Esse valor deve ser assumido pela licitante, não cabendo a ela efetuar qualquer alteração.

IV. Perda Parcial: ocorre quando os prejuízos forem inferiores a 75% da importância segurada para cada veículo.

V. Perda Total: ocorre quando os prejuízos forem iguais ou superiores a 75% da importância segurada para cada veículo. Se a Companhia Seguradora preferir indenizar como perda total prejuízos inferiores a 75%, poderá fazê-lo livremente.

VI. Furto: quando o veículo é levado do local sem uso de violência. No caso desta licitação, o seguro deverá cobrir as consequências do furto:

a) Como perda total, no caso de o veículo segurado não ser encontrado em até 30 dias corridos após o registro do evento ou, se encontrado, apresentar avarias que caracterizem a situação de perda total;

b) Como perda parcial, no caso de ser encontrado com avarias que caracterizem a situação de perda parcial, observadas as demais condições especificadas para perda total. A indenização, no caso de perda parcial, descontará a franquia.

VII. Roubo: quando o veículo é levado mediante ameaça ou violência ao motorista e passageiros. No caso desta licitação, o seguro deverá cobrir as consequências do roubo:

a) Como perda total, no caso de o veículo segurado não ser encontrado em até 30 dias corridos após o registro do evento ou, se encontrado, apresentar avarias que caracterizem a situação de perda total;

b) Como perda parcial, no caso de ser encontrado com avarias que caracterizem a situação de perda parcial, observadas as demais condições especificadas para perda total. A indenização, no caso de perda parcial, descontará a franquia.

VIII. Prêmio: é o preço do seguro a ser pago pela Prefeitura Municipal de Tabapuã, observadas as condições de pagamento fixadas no instrumento convocatório.

IX. Indenização: a indenização será paga ao segurado em até 30 (trinta) dias corridos contados da apresentação de todos os documentos solicitados pela Companhia Seguradora.

X. Ambiente Geográfico: A utilização dos veículos ocorre principalmente no Estado de São Paulo. O seguro deverá cobrir todo o território nacional.

XI. Bônus: É um desconto concedido ao segurado na renovação do seguro que aumenta progressivamente, caso não haja sinistro na vigência da apólice anterior. No caso desta licitação, os bônus de cada veículo deverão ser aceitos pela licitante vencedora e representarão desconto percentual a ser aplicado sobre o valor do prêmio.

XII. Franquia: É o valor pago pelo segurado na retirada do veículo na oficina, e em cada ocorrência de sinistro coberto pela apólice, exclusivamente em casos de perda parcial. No caso desta licitação, a licitante deverá considerar franquia obrigatória básica. Não haverá pagamento de franquia sobre as indenizações indicadas como APP e RCFV. A franquia será paga pela Prefeitura Municipal de Tabapuã, exclusivamente, à contratada, afastando-se a possibilidade de pagamentos a terceiros, ainda que conveniados com a licitante vencedora.

XIII. APP (acidentes pessoais aos passageiros) e DMH (Diárias Médico-Hospitalares) no mínimo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais): garante uma indenização aos passageiros do veículo segurado em caso de morte, invalidez permanente e despesas



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

médico- hospitalares decorrentes de sinistro coberto pela apólice, como complemento do seguro obrigatório do veículo (DPVAT).

XIV. RCFV (Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos): garante a indenização de danos materiais e pessoais causados a terceiros por responsabilidade do segurado e decorrentes de sinistro coberto pela apólice. No caso dessa licitação, os valores a serem garantidos são:

- a) no caso de danos materiais à terceiros: R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
- b) no caso de danos corporais à terceiros: R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
- c) No caso de danos morais à terceiros: R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

XV. Assistência 24 horas, que, no caso, todos os veículos deverão estar cobertos, compreendendo no mínimo:

- a) Socorro mecânico em caso de pane ou acidente, com conserto do veículo quando possível;
- b) Chaveiro;
- c) Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica **sem limite de quilometragem;**
- d) Transporte dos passageiros por imobilização do veículo segurado;
- e) Transporte dos passageiros por roubo ou furto do veículo.

OBS:

- a) **Vistoria:** no caso desta licitação, a vistoria prévia é facultativa, sendo que as licitantes que desejarem realizá-la poderão fazê-lo mediante prévio agendamento junto à Diretoria de Transportes.
- b) **Apólices:** as especificações contidas neste Edital são consideradas como mínimas. Assim, a apólice do seguro poderá conter normas comuns às praxes comerciais da licitante e à legislação vigente sobre a matéria, porém não poderá eliminar ou restringir o entendimento, o conteúdo ou a amplitude de qualquer uma das referidas especificações.
- c) **Condução dos Veículos:** Os veículos segurados serão dirigidos exclusivamente por funcionários da Prefeitura Municipal de Tabapuã, habilitados a conduzir veículos, na forma da lei.

Item 2. APÓLICE

I. A apólice seguro automóvel adotada pela licitante deverá conter, impreterivelmente, a descrição dos itens a seguir:

- a) Casco
- b) Valor para cobertura

II. Responsabilidade civil facultativa (RCF – Danos Pessoais)

- a) Valor para indenização de danos materiais
- b) Valor para indenização de danos pessoais

III. Acidente por passageiro (APP)

- a) Valor para indenização morte por pessoa
- b) Valor para indenização invalidez por pessoa

IV. Prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistros:

- a) Prazo para as indenizações de eventuais sinistros não poderá ser superior a 30 (trinta) dias.

Item 3. RISCOS COBERTOS: “SEGURO TOTAL”



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

I. O seguro deverá cobrir, no mínimo, os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pelo fabricante do veículo, indicada pela licitante, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, conforme segue:

1. roubo ou furto total, bem como os danos causados por tentativa de roubo ou furto, incluindo os vidros;
2. colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento;
3. raio e suas consequências;
4. incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;
5. queda em precipícios ou de pontes e queda de agentes externos sobre o veículo;
6. acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;
7. submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;
8. granizo;
9. danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros;
10. Responsabilidade Civil Facultativa (RCF - Danos Pessoais);
11. acessórios não referentes a som e imagem, exceto os originais de fábrica;
12. danos a vidros, retrovisores, lanternas e faróis;
13. cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos:
 - a) socorro mecânico em caso de pane ou acidente, com conserto do veículo quando possível;
 - b) chaveiro;
 - c) reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica sem limite de quilometragem;
 - d) transporte dos passageiros por imobilização do veículo segurado;
 - e) transporte dos passageiros por roubo ou furto do veículo.

Item 4. FRANQUIA

I. A franquia considerada neste Pregão é a "obrigatória", observado, no entanto, o seguinte:

- a) A franquia não será objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio);
- b) Os valores das franquias deverão ser o cálculo básico da seguradora e **constar obrigatoriamente nas propostas**;
- c) Em caso de sinistro, o valor referente à franquia será pago pela PREFEITURA, exclusivamente, à contratada, afastando-se a possibilidade de pagamentos a terceiros, ainda que conveniados;
- d) Não serão aceitas apólices com franquia majorada ou acima do limite definido neste termo de referência.

Item 5. ENDOSSO

I. Quaisquer alterações na apólice poderão ser solicitadas pela Prefeitura e processadas pela licitante vencedora, mediante endosso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

Item 6. ENDEREÇOS

I. Os endereços são todos constantes da cidade de Tabapuã-SP (CEP 15880-000), conforme abaixo discriminado:

Local	Endereço
Edifícios Sede	Av. Rodolfo Baldi, 817, Centro – Tabapuã-SP (15880-000)
Endereço Sec. Ass. Social	Av. Dr. José do Valle Pereira, 1607 – Centro – CEP: 15880-000
Endereço Sec. Educação	Avenida Waldomiro Cassiano Santana, 1102, Centro – CEP: 15880-000
Endereço Sec. Saúde	Rua Paulo Guzzo, 1684, Centro – CEP: 15880-000
Endereço Fundo Social	Av. Rodolfo Baldi, 805, Centro – Tabapuã-SP (15880-000)
Pátio	Rua Álvaro de Oliveira Soares, 1657, Centro – CEP: 15880-000

Item 7. ORIENTAÇÕES GERAIS

I. A presente contratação terá prazo 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal 14.133/21;

II. Os veículos que possuem seguro em vigor somente será realizado o novo seguro após o vencimento da apólice em vigência;

III. A apólice dos veículos em que conste proprietário outro que não a Prefeitura de Tabapuã/SP deverá figurar como beneficiária o proprietário relacionado na Tabela Descritiva (Anexo I.I).

IV. Durante a vigência contratual, existe a possibilidade de alteração de endereço, contudo, se ocorrer, o novo endereço será no mesmo município especificado na listagem acima, e a CONTRATADA será informada.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A licitante deverá apresentar preço fixo, em reais, equivalente ao de mercado.

4.2. Deverão estar inclusos todas as despesas sem quaisquer ônus para a administração pública, tais como frete, carga, descarga, tributos e quaisquer outros que incidam sobre o produto.

4.3. Deverá apresentar documentações pertinentes de habilitação, de acordo com a legislação vigente, as quais constarão no respectivo edital.

4.4. O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da sua assinatura.

4.4.1. O prazo de vigência contratual, obedecidas as normas legais e regulamentares, poderá ser prorrogado nos termos da Lei Federal n.º 14.133/21.

4.5. O prazo de **vigência da apólice** deverá ser de 12 (dozes) meses e, para os casos de apólice em vigência, será iniciado após o vencimento da apólice anterior, conforme cronograma financeiro.

4.6. A obrigação da CONTRATADA de garantir a qualidade do produto entregue, pelo prazo da respectiva validade, subsistirá mesmo que se tenha atingido o termo final do prazo contratual.

5. EXECUÇÃO CONTRATUAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. O prazo para expedir e efetuar a entrega da **Apólice de Seguro**, individualizada para cada veículo, será de **15 (quinze) dias** contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, que seguirá a **ordem cronológica de vencimento** das apólices já em vigência.

5.2.1. **Ressalta-se** que no caso dos veículos que **já possuem seguro em vigor somente será realizado o novo seguro** e consequente pagamento deste após o vencimento da apólice vigente.

5.2.2. O descumprimento do prazo para execução obriga a contratada a arcar com qualquer custo de ordem financeira, materiais, técnicos e afins para que possa concluir os serviços contratados e aprovado.

5.2.3. O prazo de execução poderá ser prorrogado mediante apresentação por escrito, por parte da Contratada, de justificativa devidamente fundamentada, caso ocorram uma das situações previstas pelo art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

5.3. A apólice dos veículos em que conste proprietário outro que não a Prefeitura de Tabapuã/SP deverá figurar como beneficiária o proprietário relacionado na Tabela Descritiva (Anexo I.I).

5.4. A prestação do serviço objeto desta contratação contrato estará garantida nos termos da Lei Federal 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.5. A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas na licitação, apresentando documentação revalidada se, no curso do contrato, algum documento perder a validade.

5.5.1. A Administração poderá obrigar a Contratada a corrigir as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se verificar incorreções relacionados à quantidade e qualidade do objeto contratados.

5.6. O âmbito geográfico para as coberturas securitárias será o território brasileiro.

6. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

6.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto consistem na verificação da conformidade deste e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma da Lei nº 14.133/2021.

6.2. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, como advertência, multa, e demais previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

6.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

6.4. Observado o disposto no artigo 140 da Lei 14.133/2021, o recebimento do objeto desta contratação será realizado da seguinte forma:

6.4.1. Provisoriamente, assim que efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações.

6.4.2. Definitivamente, até 10 (dez) dias úteis da entrega, após verificação da qualidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

e quantidade do material e consequente aceitação.

6.5. No caso de consideradas insatisfatórias as condições do material/serviço recebido provisoriamente, será recusado, registrando-se as desconformidades, devendo o veículo ser recolhido e substituído.

6.5.1. Após a notificação à CONTRATADA, o prazo decorrido até então será desconsiderado, iniciando-se nova contagem tão logo sanada a situação.

6.5.2. O fornecedor terá prazo de 10 (dez) dias úteis para providenciar a substituição do veículo, a partir da comunicação oficial, sem qualquer custo adicional para a Contratante.

6.5.3. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega/execução e sujeita à aplicação de sanções previstas.

6.5.4. Caso o objeto apresente avarias ou defeitos, é dever substituir preferencialmente, reparar ou corrigir, as suas expensas, no prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis a critério da Contratante.

6.6. O recebimento provisório e definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução e dar-se-á se satisfeitas as condições estabelecidas no processo licitatório.

6.7. Ficam reservados à Fiscalização o direito e a autoridade de resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissivo, não previsto no contrato, nas especificações e em tudo o mais que, de qualquer forma, se relacione, direta ou indiretamente, com os produtos em questão, aceitando, a CONTRATADA, todas as condições e métodos de controle e de verificação adotados pela CONTRATANTE.

6.8. As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada quanto à execução do objeto.

6.9. A execução do objeto do contrato deverá atender as normas técnicas que regem seu segmento.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado, em favor da licitante vencedora por meio de transferência em nome da CONTRATADA, conforme dados bancários fornecidos.

7.1.1. O pagamento será efetuado em **até 30 (trinta) dias**, contados da apresentação do respectivo documento fiscal à Prefeitura Municipal de Tabapuã e mediante a comprovação de que as obrigações assumidas pela Contratada foram cumpridas, **de acordo com o cronograma financeiro estabelecido na Planilha I.I.**

7.1.2. A Administração se reserva o direito de efetuar o pagamento parcial mediante o cálculo "pró-rata".

7.1.3. Não será efetuado o pagamento através de duplicata ou boleto bancário.

7.1.4. A contagem do prazo para pagamento considerará dias corridos e terá início e encerramento em dias de expediente nesta Prefeitura Municipal.

7.1.5. O Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela contratada

7.2. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número da ordem de serviço, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do serviço e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

7.2.1. Quando houver erro, de qualquer natureza, na emissão da nota fiscal/fatura, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que seja providenciado as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando nenhum ônus a Administração



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

Pública.

7.2.2. Não será iniciada a contagem de prazo, caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários à liquidação da despesa contenham incorreções.

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção de critério de MENOR PREÇO GLOBAL.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DE CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 323.213,73 (trezentos e vinte e três e duzentos e treze mil reais e setenta e três centavos), conforme documento anexo de cotação, cuja pesquisa foi realizada com base no Decreto Municipal n.º 90/2022.

9.2. As franquias não poderão superar ao valor máximo cotado abaixo:

FRANQUIA MÁXIMA:	
PESADOS/ONIBUS	R\$ 4.000,00
PASSEIO	R\$ 1.500,00
UTILITÁRIOS	R\$ 3.000,00
AMBULÂNCIAS	R\$ 6.000,00

9.2.1. Em caso de apresentação de franquias acima do valor limite especificado nesta cláusula, as propostas, caso não readequadas para atender ao limite, serão desclassificadas.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A despesa total estimada onerará os recursos orçamentários e financeiros, a saber:

02 – PODER EXECUTIVO

02.05.05 – Divisão de Merenda Escolar

12.306.0010.2036 – Merenda Escolar Ensino Fundamental

3.3.90.39 – Seguros em Geral

02.06.02 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0012.2044.0000 – Manutenção da Atenção Básica à Saúde

3.3.90.39 – Seguros em Geral

02.07.01 – Divisão Mun. Assistência Social Prom. Social

08.244.0016.2050.0000 – Coordenação Administrativa da Ass. Social

3.3.90.39 – Seguros em Geral

02.07.02 – Fundo Mun. De Assistência Social

08.244.0016.2051.0000 – Manut. Programa de Proteção Social Básica

3.3.90.39 – Seguros em Geral

02.07.02 – Fundo Mun. De Assistência Social

08.244.0017.2054.0000 – Manutenção da Proteção Social Especial

3.3.90.39 – Seguros em Geral

02.07.03 – Fundo Mun. Dos direitos da Criança e do Adolescente

08.243.0018.2059.0000 – Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar

3.3.90.39 – Seguros em Geral

02.10.01 – Diretoria Mun. Agricultura e Desenv. Rural

20.606.0026.6069.0000 – Prom. E Apoio às atividades da Agricultura

3.3.90.39 – Seguros em Geral

02.10.03 – Diretoria Municipal de Meio Ambiente



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

18.541.0027.2072.0000 – Desenv. De Ativ. De Prot. Ao Meio Ambiente
3.3.90.39 – Seguros em Geral
02.01.01 – Cheia do Executivo
04.122.0002.2004.0000 – Coordenação Geral do Poder Executivo
3.3.90.39 – Seguros em Geral
02.01.03 – Diretoria Municipal de Segurança Pública
06.181.0030.2011.0000 – Manutenção da Guarda Civil Municipal
3.3.90.39 – Seguros em Geral
02.03.01 – Diretoria Administrativa
04.122.0004.2008.0000 – Coord. e Manutenção da Divisão Administrativa
3.3.90.39 – Seguros em Geral
02.03.03 – Diretoria de Obras, Viação e Serviços
15.452.0020.2061.0000 – Coord. e Manutenção do Serviço Funerário
3.3.90.39 – Seguros em Geral
02.05.01 – Divisão Municipal de Educação
12.122.0006.2014.0000 – Coord. Secretaria Municipal de Educação
3.3.90.39 – Seguros em Geral
02.05.02 – Divisão de Educação Básica
12.361.0006.2016.0000 – Manut. Do Transp. Escolar Educação Básica
3.3.90.39 – Seguros em Geral
Fonte de Recurso:
01 – Tesouro Municipal
02 – Transferências e Convênios Estaduais – Vinculados
05 – Transferências e Convênios Federais – Vinculados

Prefeitura Municipal de Tabapuã, 06 de fevereiro de 2024.

ASSINADO NO ORIGINAL
EVERSON RECHI

Responsável pelo expediente da Diretoria Administrativa



REFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

Anexo I.I – Planilha Descritiva

Anexo I.I

Nº	Seguro	Proprietário	SECRETARIA	DESCRIÇÃO VEICULO	Tipo	ANO FABRICAÇÃO	ANO MODELO	OKM Sim ou Não	PLACA	CHASSI	COMBUSTÍVEL	UTILIZAÇÃO Uso veículo EXEMPLO: (Serviço / ambulância/ escolar/etc).	Tabela FIPE ou valor de referência (2022)	Classe de bônus
1	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	Administração	Toyota - Corolla XEI 20	Veículo leve	2020	2021	Não	FEF5A16	9BRB33BE6M2033582	Gasolina/Álcool	Serviço	002111-3	00/10
2	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	Assistência Social	Fiat/Argo Trekking 1.3	Veículo leve	2022	2022	Não	GAN6H54	9BD358AGHNYM06689	Gasolina/Álcool	Serviço	001519-9	00/10
3	Renov.	Secretaria de Agricultura e Abastecimento (46.384.400/0001-49)	Secretaria de Agricultura e Abastecimento	MMC/L200 TRITON SPO GL	Veículo leve	2022	2023	Não	GJR6I13	93XLJL1TOCN53090	Diesel	Serviço	022164-3	00/10
4	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	Assistência Social	VW/NOVO GOL 1.0	Veículo leve	2012	2013	Não	DBA9F57	9BWAA05U7DT128842	Gasolina/Álcool	Serviço	005275-2	00/10
5	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	Assistência Social	VW/GOL TL MB S	Veículo leve	2014	2015	Não	FRT4074	9BWAA45U2FP530402	Gasolina/Álcool	Serviço	R\$ 45.000,00	00/10
6	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	Assistência Social	VW/GOL TL MB S	Veículo leve	2014	2015	Não	FRZ4072	9BWAA45U0FP531354	Gasolina/Álcool	Serviço	R\$ 45.000,00	00/10
7	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	Educação	M.BENZ/BUSSCAR VIS BUSS R	Onibus	2008	2008	Não	DVT9A43	9BM3821768B588926	Diesel	Escolar	R\$ 120.000,00	00/10
8	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	Educação	M.BENZ/BUSSCAR VIS BUSS R	Onibus	2008	2008	Não	DVT9A44	9BM3821768B588227	Diesel	Escolar	R\$ 120.000,00	00/10
9	Renov.	Secretaria do Estado da Educação de São Paulo (46.384.111/0001-40)	Educação	M.BENZ/CAIO LO 916.ORE	Microônibus	2022	2023	Não	FDB3C06	9BM979277PB260082	Diesel	Escolar	R\$ 279.200,00	00/10
10	Renov.	Polícia Militar do Estado de São Paulo (46.374.500/0252)	Saúde	RENAULT/MASTER MINIBUSL3	Microônibus	2022	2023	Não	FXP3C57	93YJ62004PJ243037	Diesel	Serviço	R\$ 264.300,00	00/10
11	Renov.	Secretaria de Estado da Saúde (46.374.500/0252-60)	Saúde	RENAULT/MASTER MINIBUSL3	Microônibus	2022	2023	Não	FUJ0E65	9BYJ62003PJ243059	Diesel	Serviço	R\$ 264.300,00	00/10
12	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	Administração Serviço Funerário	I/M BENZ TIVO111CDI	Caminhão	2015	2016	Não	GAQ6B16	8AB447603GE825429	Diesel	Serviço	021337-3	00/10
13	Renov.	Secretaria de Assuntos Administrativos e Ministério da Cidadania 05.756.246/0004-54	Educação (Secretaria de Assuntos Administrativos e Ministério da Cidadania)	IVECO/DAILY 30-130CS	Caminhão	2021	2022	Não	REV2H83	93ZC0359ZN8502245	Diesel	Serviço	180000	00/10
14	Renov.	Secretaria da Educação São Paulo (46.384.111/0010-30)	Educação	M.BENZ/ACCELO 1016	Caminhão	2022	2022	Não	FRB4B96	9BM979076NB260976	Diesel	Serviço	509279-5	00/10
15	Renov.	Secretaria de Agricultura e Abastecimento (46.384.400/0001-49)	Agricultura	VW/17.190 CRM 4X2 ROB	Caminhão	2022	2023	Não	DGY4G35	9536E8237PR010642	Diesel	Serviço	515135-0	00/10
16	Renov.	Secretaria de Agricultura e Abastecimento (46.384.400/0001-49)	Agricultura	VW/17.190 CRM 4X2 ROB	Caminhão	2022	2023	Não	EXN0D12	9536E823XPR010134	Diesel	Serviço	515135-0	00/10
17	Renov.	Secretaria de Estado da Saúde (46.374.500/0252-60)	Saúde	RENAULT/MASTERL2 VER AMB	Ambulância	2021	2022	Não	FQH9A84	93YMAFEXCNJ118864	Diesel	Ambulância	R\$ 186.000,00	00/10
18	Renov.	Secretaria de Estado da Saúde (46.374.500/0252-60)	Saúde	RENAULT/MASTERF2 REV AMB	Ambulância	2022	2023	Não	DF9H42	93YF62009PJ243542	Diesel	Ambulância	R\$ 263.860,00	00/10
19	Renov.	Secretaria de Estado da Saúde (46.374.500/0252-60)	Saúde	RENAULT/MASTERF2 REV AMB	Ambulância	2022	2023	Não	BQU3H51	93YF62005PJ243411	Diesel	Ambulância	R\$ 263.860,00	00/10

COBERTURA SECURITÁRIA MÍNIMA

CIA ANTERIOR	APOLICE ANTERIOR	VENCIMENTO APÓLICE	Se ambulância - Tipo de remoção: SIMPLES; UTI OU SAMU?	CASCO %	TIPO DE FRANQUIA	DANOS MATERIAIS	DANOS PESSOAIS	APP	DANOS MORAIS	ASS. 24h	GUINCHO	VIDROS	FARÓIS E LANTERNA
GENTE SEGURADORA S/A	01.31.0110045	04/01/2024.	-	100	Reduzida	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	Sim	Sem quilometragem	Completo	Sim
GENTE SEGURADORA S/A	01.31.0110061	04/01/2024.	-	100	Reduzida	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	Sim	Sem quilometragem	Completo	Sim
GENTE SEGURADORA S/A	01.31.0110062	04/01/2024.	-	100	Reduzida	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	Sim	Sem quilometragem	Completo	Sim
GENTE SEGURADORA S/A	01.31.0110068	04/01/2024.	-	100	Reduzida	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	Sim	Sem quilometragem	Completo	Sim
GENTE SEGURADORA S/A	01.31.0110069	04/01/2024.	-	100	Reduzida	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	Sim	Sem quilometragem	Completo	Sim
GENTE SEGURADORA S/A	01.31.0110085	04/01/2024.	-	100	Reduzida	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	Sim	Sem quilometragem	Completo	Sim
GENTE SEGURADORA S/A	01.31.0110276	04/01/2024.	-	100	Reduzida	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	Sim	Sem quilometragem	Completo	Sim
GENTE SEGURADORA S/A	01.31.0110086	04/01/2024.	-	100	Reduzida	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	Sim	Sem quilometragem	Completo	Sim
GENTE SEGURADORA S/A	01.31.0110087	04/01/2024.	-	100	Reduzida	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	Sim	Sem quilometragem	Completo	Sim
GENTE SEGURADORA S/A	01.31.0110046	04/01/2024.	-	100	Reduzida	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	Sim	Sem quilometragem	Completo	Sim
GENTE SEGURADORA S/A	01.31.0110047	04/01/2024.	-	100	Reduzida	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	Sim	Sem quilometragem	Completo	Sim
GENTE SEGURADORA S/A	01.31.0110048	04/01/2024.	-	100	Reduzida	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	Sim	Sem quilometragem	Completo	Sim
GENTE SEGURADORA S/A	01.31.0110049	04/01/2024.	-	100	Reduzida	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	Sim	Sem quilometragem	Completo	Sim
GENTE SEGURADORA S/A	01.31.0110050	04/01/2024.	-	100	Reduzida	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	Sim	Sem quilometragem	Completo	Sim
GENTE SEGURADORA S/A	01.31.0110051	04/01/2024.	-	100	Reduzida	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	Sim	Sem quilometragem	Completo	Sim
GENTE SEGURADORA S/A	01.31.0110052	04/01/2024.	-	100	Reduzida	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	Sim	Sem quilometragem	Completo	Sim
GENTE SEGURADORA S/A	01.31.0110053	04/01/2024.	SIMPLES	100	Reduzida	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	Sim	Sem quilometragem	Completo	Sim
GENTE SEGURADORA S/A	01.31.0110056	04/01/2024.	SIMPLES	100	Reduzida	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	Sim	Sem quilometragem	Completo	Sim
GENTE SEGURADORA S/A	01.31.01110058	04/01/2024.	SIMPLES	100	Reduzida	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	Sim	Sem quilometragem	Completo	Sim

20	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	Educação	MARCOPOLO MINIBUS VOLARE V8L ESCOLAR CURTO E5 36 PASS	Microonibus	2018	2019	Não	FOT5269	9532M52P4KR911057	Diesel	Escolar	R\$ 191.427,00	00/10
21	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	Educação	VOLKSWAGEN ONIBUS 15.190 EOD 45 PASS	Onibus	2018	2019	Não	GDG4319	9532E82W5KR910568	Diesel	Escolar	R\$ 240.570,00	00/10
22	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	Guarda Civil Municipal	YAMAHA XTZ 250 LANDER BLUEFLEX - 2 PASS	Veículo leve	2018	2019	Não	FRE6268	93Y4SRFH4KJ271409	Gasolina/Álcool	Serviço	827059-7	00/10
23	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	Guarda Civil Municipal	YAMAHA XTZ 250 LANDER BLUEFLEX - 2 PASS	Veículo leve	2018	2019	Não	GGX2618	93Y4SRFH4KJ271409	Gasolina/Álcool	Serviço	827059-7	00/10
24	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	Guarda Civil Municipal	RENAULT NOVO LOGAN DYNAMIQUE 1.6 16V SCE FLEX 5PASS	Veículo leve	2018	2019	Não	FZO5998	93Y4SRFH4KJ271409	Gasolina/Álcool	Serviço	025255-7	00/10
25	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	Educação	MARCOPOLO MINIBUS VOLARE V6L ESCOLAR E5 - 31 PASS	Microonibus	2014	2014	Não	FOE5680	93PB75M1MEC051424	Diesel	Escolar	508035-5	00/10
26	Renov.	Secretaria da Educação do Estado de São Paulo	Educação	MERCEDES BENZ MICROONIBUS LO 812 - 31 PASS	Microonibus	2009	2010	Não	DJM1C33	9BM688272AB676444	Diesel	Escolar	R\$ 108.000,00	00/10
27	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	Educação	MARCOPOLO MINIBUS VOLARE V6L ESCOLAR E5 - 31 PASS	Microonibus	2014	2014	Não	FOE5681	93PB75M1MEC051421	Diesel	Escolar	508035-5	00/10
28	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	Educação	VOLKSWAGEN MICRO ONIBUS 8.160 OD - 22 PASS	Microonibus	2013	2014	Não	DJM7921	9532M52P3ER419902	Diesel	Escolar	R\$ 153.515,25	00/10
29	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	Administração (Paço)	NISSAN SENTRA SL 2.0 16V FLEX AUT. - 5 PASS	Veículo leve	2013	2014	Não	FMU6570	3N1BB7AE9EL602950	Gasolina/Álcool	Serviço	023064-2	00/10
30	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	Saúde	PEUGEOT PARTNER FURGÃO 1.6 16V FLEX - 2 PASS	Ambulância	2018	2019	Não	EVU5990	8AEGCNFN8KG510897	Gasolina/Álcool	Ambulância	24101-6 R\$ 66.782,10	00/10
31	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	Educação	MERCEDES BENZ MICRO ONIBUS LO 916 - 31 PASS	Microonibus	2018	2019	Não	FOU8918	9BM979277KB109424	Diesel	Escolar	R\$ 225.180,00	00/10
32	Renov.	Ministério da Saúde (CNPJ 00.394.544/0008-51)	Saúde	IVECO/FIAT DAILY GRAN FURGONE 35S14 4X2 E5 - 3PASS	Ambulância	2019	2019	Não	EJD1261	93ZK35B01K8483964	Diesel	Ambulância	5060842	00/10
33	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	Educação	CHEVROLET NOVO PRISMA SEDAN LT 1.4 8V FLEXPOWER AUT.	Veículo leve	2018	2019	Não	EUX1380	9BGKS69V0KG254988	Gasolina/Álcool	Serviço	004436-9	00/10
34	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	Conselho Tutelar	CITROEN AIRCROSS START 1.6 16V FLEX - 5 PASS	Veículo leve	2018	2019	Não	BWW7045	935SUNFN1KB517630	Gasolina/Álcool	Serviço	111821	00/10
35	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	Educação	MERCEDES BENS MICROONIBUS LO 916-31 PASS	Microonibus	2019	2020	Não	BMC2971	9BM979277LB156333	Diesel	Escolar	R\$ 250.875,00	00/10
36	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	Educação	MERCEDES BENZ ONIBUS O-400 RS 44 - PASS	Onibus	1995	1995	Não	BSF5353	9BM664105SC081118	Diesel	Escolar	R\$ 55.094,18	00/10
37	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	Educação	MERCEDES BENZ ONIBUS O-374 RS - 53 PASS	Onibus	1992	1993	Não	BWQ3800	9BM364287NC072970	Diesel	Escolar	R\$ 44.261,96	00/10
38	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	Administração	RENAULT LOGAN SEDAN EXPRESSION 1.0 16V FLEX	Veículo leve	2010	2011	Não	DBA9552	93YLSR7RHBJ702462	Gasolina/Álcool	Serviço	025136-4	00/10
39	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	Saúde	RENAULT KWID LIFE 1.0 12V FLEX	Veículo leve	2018	2018	Não	FWA2678	93YRBB004JJ270678	Gasolina/Álcool	Serviço	025265-4	00/10
40	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	Meio Ambiente	FORD CAMINHÃO CARGO 816 TURBO E5 4X2 3 PASS	Caminhão	2018	2019	Não	FPQ2942	9C2KC1670BR324947	Diesel	Diversas/Outras	5041341	00/10
41	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	Educação	MERCEDES BENZ ONIBUS O-500- 44 PASS	Onibus	2007	2007	Não	DAO5943	9BM3821887B525017	Diesel	Escolar	R\$ 148.230,00	00/10
42	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	Educação	MERCEDES BENZ ONIBUS O-500- 44 PASS	Onibus	2007	2007	Não	DAO5945	9BM3821887B525344	Diesel	Escolar	R\$ 148.473,00	00/10
43	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	Educação	MERCEDES BENZ ONIBUS O-500 R - 44 PASS	Onibus	2009	2009	Não	CUD8421	9BM3821889B666974	Diesel	Escolar	R\$ 151.194,60	00/10
44	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	Saúde	RENAULT NOVO LOGAN AUTHENTIQUE 1.0 12V FLEX 5PASS	Veículo leve	2018	2019	Não	GDE1929	93Y4SRF84KJ471716	Gasolina/Álcool	Serviço	252425	00/10

45	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	Saúde	CHEVROLET SPIN PREMIER 1.8 8V ECONOFLEX AUT. 7 PASS	Veículo leve	2019	2020	Não	CCU7804	9BGJP7520LB115383	Gasolina/Álcool	Serviço	004494-6	00/10
46	Renov.	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	Saúde	RENAULT KWID LIFE 1.0 12V FLEX 5 PASS	Veículo leve	2018	2019	Não	FPB7919	93YRBB005KJ473807	Gasolina/Álcool	Serviço	025265-4	00/10
47	Novo	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	Serviços Urbanos	FIAT STRADA FREEDOM 1.3 8V FLEX	Veículo leve	2022	2023	Sim	FFR9J43	9BD281A9JPYX95653	Gasolina/Álcool	Serviço	R\$ 83.640,00	
48	Novo	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	Serviços Urbanos	CHEVROLET MONTANA 1.4 FLEX 2 PASS.	Veículo leve	2014	2014	Não	FQF7F20	9BGCA80X0EB281479	Gasolina/Álcool	Serviço	R\$ 40.769,00	
49	Novo	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	Administração	FIAT PALIO 1.0 FLEX 5 PASS.	Veículo leve	2015	2016	Não	GCI8I80	9BD19627ZG2277810	Gasolina/Álcool	Serviço	R\$ 28.742,00	
50	Novo	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	FMAS (acolhimento)	FIAT IDEA 1.8 FLEX 5 PASS. PRATA	Veículo leve	2010	2011	Não	NPI1E46	9BD13531CB2163955	Gasolina/Álcool	Serviço	R\$ 30.946,00	

GENTE SEGURADORA S/A	01.31.0118676	03/08/2024	-	100	Reduzida	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	Sim	Sem quilometragem	Completo	Sim
GENTE SEGURADORA S/A	01.31.0118675	03/08/2024	-	100	Reduzida	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	Sim	Sem quilometragem	Completo	Sim
			-	100	Reduzida	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	Sim	Sem quilometragem	Completo	Sim
			-	100	Reduzida	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	Sim	Sem quilometragem	Completo	Sim
			-	100	Reduzida	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	Sim	Sem quilometragem	Completo	Sim
			-	100	Reduzida	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	Sim	Sem quilometragem	Completo	Sim



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo
CNPJ. 45.128.816/0001-33

(em papel timbrado do licitante)

ANEXO II MODELO DA PROPOSTA DE PREÇO

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2024
Processo de Licitação nº 023/2024

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de Coberturas Securitárias aos Veículos que compõem a frota da Prefeitura Municipal de Tabapuã/SP, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência.

I - IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:

Razão Social/NOME COMPLETO: _____
CNPJ Nº: _____
Inscr. Estadual Nº: _____
Inscr. Municipal Nº: _____
Endereço: _____ Bairro _____ CEP: _____
Cidade/Estado: _____
Telefone: _____ Fax: _____
Representante legal/ procurador: _____

II - DADOS BANCÁRIOS:

Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente: _____

III- DADOS DO RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome completo _____
Cargo: _____
CPF _____ RG: _____
Endereço residencial completo _____
Telefone: _____
E-mail _____

IV - PROPOSTA DE PREÇOS: Apresentamos nossa proposta para o fornecimento de Cobertura Securitária dos veículos que compõem a frota da Prefeitura Municipal de Tabapuã/SP, constantes do Termo de Referência:

Nº	Proprietário	DESCRIÇÃO VEICULO	PLACA	CRONOGRAMA FINANCEIRO	VALOR APÓLICE
1	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	Toyota - Corolla XEI 20	FEF5A16	04/01/2024.	
2	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	Fiat/Argo Trekking 1.3	GAN6H54	04/01/2024.	



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

3	Secretaria de Agricultura e Abastecimento (46.384.400/0001-49)	MMC/L200 TRITON SPO GL	GJR6I13	04/01/2024.	
4	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	VW/NOVO GOL 1.0	DBA9F57	04/01/2024.	
5	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	VW/GOL TL MB S	FRT4074	04/01/2024.	
6	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	VW/GOL TL MB S	FRZ4072	04/01/2024.	
7	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	M.BENZ/BUSSCAR VIS BUSS R	DVT9A43	04/01/2024.	
8	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	M.BENZ/BUSSCAR VIS BUSS R	DVT9A44	04/01/2024.	
9	Secretaria do Estado da Educação de São Paulo (46.384.111/0001-40)	M.BENZ/CAIO LO 916.ORE	FDB3C06	04/01/2024.	
10	Polícia Militar do Estado de São Paulo (46.374.500/0252)	RENAULT/MASTER MINIBUSL3	FXP3C57	04/01/2024.	
11	Secretaria de Estado da Saúde (46.374.500/0252-60)	RENAULT/MASTER MINIBUSL3	FUJ0E65	04/01/2024.	
12	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	I/M BENZ TIVO111CDI	GAQ6B16	04/01/2024.	
13	Secretaria de Assuntos Administrativos e Ministério da Cidadania 05.756.246/0004-54	IVECO/DAILY 30-130CS	REV2H83	04/01/2024.	
14	Secretaria da Educação São Paulo (46.384.111/0010-30)	M.BENZ/ACCELO 1016	FRB4B96	04/01/2024.	
15	Secretaria de Agricultura e Abastecimento (46.384.400/0001-49)	VW/17.190 CRM 4X2 ROB	DGY4G35	04/01/2024.	
16	Secretaria de Agricultura e Abastecimento (46.384.400/0001-49)	VW/17.190 CRM 4X2 ROB	EXN0D12	04/01/2024.	
17	Secretaria de Estado da Saúde (46.374.500/0252-60)	RENAULT/MASTERL2 VER AMB	FQH9A84	04/01/2024.	
18	Secretaria de Estado da Saúde (46.374.500/0252-60)	RENAULT/MASTERF2 REV AMB	DF99H42	04/01/2024.	
19	Secretaria de Estado da Saúde (46.374.500/0252-60)	RENAULT/MASTERF2 REV AMB	BQU3H51	04/01/2024.	
20	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	MARCOPOLO MINIBUS VOLARE V8L ESCOLAR CURTO E5 36 PASS	FOT5269	12/09/2024	
21	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	VOLKSWAGEN ONIBUS 15.190 EOD 45 PASS	GDG4319	18/09/2024.	
22	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	YAMAHA XTZ 250 LANDER BLUEFLEX - 2 PASS	FRE6268	25/09/2024	



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

23	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	YAMAHA XTZ 250 LANDER BLUEFLEX - 2 PASS	GGX2618	25/09/2024	
24	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	RENAULT NOVO LOGAN DYNAMIQUE 1.6 16V SCE FLEX 5PASS	FZO5998	25/09/2024	
25	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	MARCOPOLO MINIBUS VOLARE V6L ESCOLAR E5 - 31 PASS	FOE5680	16/10/2024.	
26	Secretaria da Educação do Estado de São Paulo	MERCEDES BENZ MICROONIBUS LO 812 - 31 PASS	DJM1C33	16/10/2024.	
27	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	MARCOPOLO MINIBUS VOLARE V6L ESCOLAR E5 - 31 PASS	FOE5681	16/10/2024.	
28	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	VOLKSWAGEN MICRO ONIBUS 8.160 0D - 22 PASS	DJM7921	16/10/2024.	
29	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	NISSAN SENTRA SL 2.0 16V FLEX AUT. - 5 PASS	FMU6570	16/10/2024.	
30	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	PEUGEOT PARTNER FURGÃO 1.6 16V FLEX - 2 PASS	EVU5990	04/12/2024	
31	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	MERCEDES BENZ MICRO ONIBUS LO 916 - 31 PASS	FOU8918	04/12/2024	
32	Ministério da Saúde (CNPJ) 00.394.544/0008-51	IVECO/FIAT DAILY GRAN FURGONE 35S14 4X2 E5 - 3PASS	EJD1261	04/01/2024.	
33	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	CHEVROLET NOVO PRISMA SEDAN LT 1.4 8V FLEXPAPER AUT.	EUX1380	04/01/2024.	
34	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	CITROEN AIRCROSS START 1.6 16V FLEX - 5 PASS	BWW7045	03/03/2024.	
35	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	MERCEDES BENS MICROONIBUS LO 916-31 PASS	BMC2971	23/02/2024.	
36	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	MERCEDES BENZ ONIBUS O- 400 RS 44 - PASS	BSF5353	03/03/2024.	
37	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	MERCEDES BENZ ONIBUS O- 374 RS - 53 PASS	BWQ3800	03/03/2024.	
38	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	RENAULT LOGAN SEDAN EXPRESSION 1.0 16V FLEX	DBA9552	03/03/2024.	
39	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	RENAULT KWID LIFE 1.0 12V FLEX	FWA2678	20/04/2024.	
40	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	FORD CAMINHÃO CARGO 816 TURBO E5 4X2 3 PASS	FPQ2942	10/07/2024.	
41	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	MERCEDES BENZ ONIBUS O- 500-44 PASS	DAO5943	24/07/2024.	
42	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	MERCEDES BENZ ONIBUS O- 500-44 PASS	DAO5945	24/07/2024.	
43	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	MERCEDES BENZ ONIBUS O- 500 R - 44 PASS	CUD8421	24/07/2024.	
44	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	RENAULT NOVO LOGAN AUTHENTIQUE 1.0 12V FLEX 5PASS	GDE1929	24/07/2024.	



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

45	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	CHEVROLET SPIN PREMIER 1.8 8V ECONOFLEX AUT. 7 PASS	CCU7804	03/08/2024	
46	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	RENAULT KWID LIFE 1.0 12V FLEX 5 PASS	FPB7919	03/08/2024	
47	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	FIAT STRADA FREEDOM 1.3 8V FLEX	FFR9J43		
48	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	CHEVROLET MONTANA 1.4 FLEX 2 PASS.	FQF7F20		
49	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	FIAT PALIO 1.0 FLEX 5 PASS.	GCJ8I80		
50	Município de Tabapuã/SP (45.128.816/0001-33)	FIAT IDEA 1.8 FLEX 5 PASS. PRATA	NPI1E46		

VALOR DA FRANQUIA (OBSERVADO O LIMITE MÁXIMO DO EDITAL):	
PESADOS/ONIBUS	
PASSEIO	
UTILITÁRIOS	
AMBULÂNCIAS	

- Prazo de entrega: expedir e efetuar a entrega da Apólice de Seguro no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da emissão da ordem de serviço. Para os veículos com apólice em vigência, o novo seguro será realizado apenas após o vencimento, conforme especificado na tabela.
- Validade da proposta: 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua apresentação;
- Descontos ou vantagens na utilização de oficinas credenciadas ou referenciadas em caso de sinistro:
 - Descrição do sistema de "Serviços 24 horas";
 - Valor das franquias e condições para utilização da cobertura de danos a vidros, retrovisores, lanternas e faróis;
 - Documentos básicos necessários a serem apresentados para cada tipo de cobertura.

Declaro, sob as penas da lei, que a cobertura ofertada atende a todas as especificações exigidas no Termo de Referência.

DECLARO que os preços acima indicados contemplam todos os custos diretos e indiretos e despesas incidentes, bem como encargos, benefícios, riscos e despesas indiretas e de qualquer natureza, estão inclusos no orçamento.

O termo de referência foi rigorosamente observado para a composição do preço ofertado nesta proposta.

As demais condições tais como: forma de execução e entrega dos serviços, obrigações e direitos das partes, vigência, condições de pagamento e outras serão as constantes do Termo de Referência e do Contrato.

Local e Data: _____

Nome do REPRESENTANTE:
Assinatura do REPRESENTANTE:



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo
CNPJ. 45.128.816/0001-33

(em papel timbrado do licitante)

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob Nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr (a) _____, portador da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, para todos os efeitos legais, referente ao processo de licitação de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/XXXX**, realizada pela Prefeitura Municipal de Tabapuã, sob as penas da lei, que:

1. Tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, e tem plena aceitação das regras e das condições gerais da contratação (art. 67, VI, da Lei 14.133/21);
2. Não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menor de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos (art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal).
3. Não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso IV, do art. 14º da Lei 14.133/2021);
4. Não está impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta (inciso III, do art. 14 da Lei 14.133/2021);
5. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social (inciso IV, do art. 63, da Lei 14.133/21);
6. Que cumpre as condições de habilitação e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
7. Que cumpre as normas relativas a saúde e a segurança do trabalho de seus empregados, excluindo no que se refere a este aspecto quaisquer responsabilidades do Município de Tabapuã/SP.

_____, ____ de _____ de 2024.

(Assinatura do responsável)
Carimbo CNPJ



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo
CNPJ. 45.128.816/0001-33

(em papel timbrado do licitante)

ANEXO III.1

ATESTADO DE VISITA AO LOCAL DAS OBRAS

Atesto para efeito de interesse em participar no edital do **PREGÃO ELETRÔNICO** nº 004/2024, que tem por objeto a contratação de empresa para o fornecimento de Coberturas Securitárias aos Veículos que compõem a frota da Prefeitura Municipal de Tabapuã/SP, que a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, representada pelo senhor (a) _____, RG nº _____, CPF nº _____, realizou visita técnica no dia __/__/2024, às __h, dos veículos solicitados para vistoria, conforme relação constante no edital.

_____, ____ de _____ de 2024.

(carimbo e assinatura)

.....
Responsável da Prefeitura



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo
CNPJ. 45.128.816/0001-33

(em papel timbrado do licitante)

ANEXO III.2

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ABSTENÇÃO DE VISITA TÉCNICA

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob Nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr (a) _____, portador da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, para efeito legais, que tem conhecimento de todas as condições referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/XXXX**, realizado pela Prefeitura Municipal de Tabapuã, e que faz a opção de se abster da visita, não cabendo posteriormente nenhum questionamento contra a contratante em razão disto, nem tão pouco eximir-se de qualquer obrigação assumida ou revisão dos termos do contrato que vier firmar.

_____, ____ de _____ de 2024.

(Assinatura do responsável)
Carimbo CNPJ



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

(em papel timbrado do licitante)

ANEXO IV

MODELO DE

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2024

Processo de Licitação nº 023/2024

_____, com sede na _____, nº _____, cidade de _____ CNPJ nº _____, vem através de seu representante legal infra-assinado, com fundamento no artigo 3º e seus parágrafos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro 2.006, com suas alterações posteriores, manifestar a sua opção pelo tratamento diferenciado e favorecido, estando apta a usufruir do tratamento ali previsto.

DECLARA ainda, ser:

Microempresa e não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

Empresa de pequeno porte e não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

(localidade), _____ de _____ de 2.024.

(assinatura)

Nome: _____

RG: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo
CNPJ. 45.128.816/0001-33

(em papel timbrado do licitante)

ANEXO V

MODELO DE PROCURAÇÃO

A empresa _____, com sede à _____, na cidade de _____, Estado de _____, CNPJ nº _____, Inscrição Estadual nº _____, representada por seu sócio _____, CPF n.º _____ e portador do RG n.º _____, nomeia o senhor (a) _____, CPF nº _____, RG nº _____, como seu procurador, para representá-la perante a Prefeitura Municipal de Tabapuã no edital de Licitação referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº 004/2024**, podendo praticar todos os atos necessários, inclusive, apresentar impugnações, interpor recursos e manifestar-se quanto à desistência dos mesmos, prestar esclarecimentos, receber avisos e notificações, assinar atas e inclusive para assinatura do contrato.

_____, ____ de _____ de 2024.

(representante legal da licitante)



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo
CNPJ. 45.128.816/0001-33

ANEXO VI MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº ==/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TABAPUÃ E A EMPRESA =====

Pelo presente instrumento, as partes no final assinadas, de um lado, o **MUNICÍPIO DE TABAPUÃ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 45.128.816/0001-33, com sede na Av. Rodolfo Baldi nº 817, Centro, CEP 15.880-000, na cidade de Tabapuã - SP, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Silvio Cesar Sartorello, portador do CPF nº _____ e do RG nº _____, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a Empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, Inscrição Municipal na cidade de _____ nº _____, com sede na _____ nº _____, CEP _____, na cidade de _____-SP, neste ato representada pelo(a) Sócio(a) Administrador(a) Sr(a). _____, portador(a) do CPF nº _____ e do RG nº _____, de ora em diante denominada **CONTRATADA**, perante as testemunhas ao final nomeadas, formalizam o presente contrato, regido pelas disposições expressas na Lei Federal n.º 14.133/21 e no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO n.º 004/2024, e por toda a legislação aplicável à espécie, subordinando-se, ainda, às cláusulas e condições seguintes:

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento a contratação de empresa para o fornecimento de Coberturas Securitárias aos Veículos que compõem a frota da Prefeitura Municipal de Tabapuã/SP, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência, e de acordo com o abaixo:

ITEM	PROPRIETÁRIO	VEÍCULO	PLACA	CRONOGRAMA	VALOR APÓLICE
1					

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Fica vinculada a CONTRATANTE ao Processo de Licitação n.º xxx/2024, que originou a contratação e a respectiva proposta, sendo que todos os documentos constantes do processo integram este contrato.

3. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

3.1. A presente contratação será regida pela Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, e quanto aos casos omissos será regida pelas normas de direito administrativo e de contratações do Setor Privado no que couber.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

4. DO REGIME DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

4.1. A CONTRATADA deverá executar o serviço por meio da emissão e entrega das Apólices, de acordo com a necessidade e requisição da Prefeitura, durante o prazo contratual, devendo a apólice ser entregue no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da data da emissão da ordem de serviço.

4.1.1. O prazo poderá ser prorrogado mediante pedido e justificativa do fornecedor e aceite por parte do gestor do contrato.

4.1.2. O descumprimento desse prazo para execução obriga a contratada a arcar com qualquer custo de ordem financeira, materiais, técnicos e afins para que possa concluir os serviços contratados e aprovado.

4.2. **Ressalta-se** que no caso dos veículos que já possuem seguro em vigor somente será realizado o novo seguro e consequente pagamento deste após o vencimento da apólice vigente.

4.3. A CONTRATADA se obriga a executar o objeto deste Contrato em conformidade com o especificado na cláusula primeira e do Termo de Referência (Anexo I), bem como atender às requisições e determinações da CONTRATANTE;

4.3.1. O âmbito geográfico para as coberturas securitárias será o território brasileiro.

4.4. A CONTRATANTE não se responsabilizará por execução feita sem a respectiva requisição/ordem de serviço correspondente.

4.5. Os fornecimentos deverão ser conduzidos em estrita observância com as normas da Legislação Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.

4.6. A CONTRATADA deverá manter preposto, durante o período de vigência do contrato e da Apólice, para representá-la sempre que for necessário.

4.7. A CONTRATADA fica única, exclusiva e totalmente responsável pelo recolhimento nos prazos legais de todos os encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, fiscais e outros decorrentes da presente contratação em quaisquer esferas: privada, federal, estadual e municipal.

4.8. A CONTRATADA se obriga a manter durante a vigência deste contrato, todas as qualificações e habilitações exigidas neste edital e com base na Lei Federal n.º 14.133/21.

4.9. A CONTRATANTE, por si ou por seus prepostos, se obriga a cumprir todas as cláusulas e condições previstas neste contrato, fornecendo todas as informações necessárias à execução do objeto;

4.10. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados aos seus funcionários, bem como danos à terceiros, sejam de ordem pessoal ou material.

4.11. A CONTRATADA deverá indenizar qualquer prejuízo causado a Administração Pública, em decorrência da execução do objeto licitado.

4.12. Observado o disposto no artigo 140 da Lei 14.133/2021, o recebimento do objeto desta contratação será realizado da seguinte forma:

4.12.1. Provisoriamente, assim que efetuada a entrega/executado o serviço, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações.

4.12.2. Definitivamente, até 10 (dez) dias úteis da entrega/da execução do serviço, após verificação da qualidade e quantidade do objeto e consequente aceitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

4.13. No caso de consideradas insatisfatórias as condições do serviço recebido provisoriamente, esse será recusado, registrando-se as desconformidades, devendo o objeto ser substituído.

4.13.1. Após a notificação à CONTRATADA, o prazo decorrido até então será desconsiderado, iniciando-se nova contagem tão logo sanada a situação.

4.13.2. A CONTRATADA terá prazo de 10 (dez) dias úteis para providenciar os reparos e substituições exigidos, a partir da comunicação oficial, sem qualquer custo adicional para a Contratante, podendo o prazo ser prorrogado mediante justificativa;

4.13.3. Caso a correção não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega/execução e sujeita à aplicação de sanções previstas.

4.14. O recebimento provisório e definitivo dos serviços não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução e dar-se-á se satisfeitas as condições estabelecidas no processo licitatório.

4.15. A empresa CONTRATADA responderá pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual.

4.16. O presente contrato, bem como os seus eventuais termos aditivos, serão publicados em extratos, no Diário Oficial do Município, devendo a CONTRATADA acompanhar as respectivas publicações.

4.17. Este contrato deverá ser executado, fielmente, por ambas as partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e à legislação pertinente, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, a que tiver dado causa, nos termos da legislação em vigor.

5. DO PREÇO

5.1. A empresa **CONTRATADA** obriga-se a executar os serviços, objeto deste contrato, de acordo com o cronograma físico-financeiro e as condições de sua proposta adjudicada, mediante o preço global, líquido e certo, de R\$ _____ (_____), e de acordo com a planilha de preços constante da cláusula 1.

5.2. No valor acima estão inclusos todas as despesas e custos como fretes, equipamentos, seguro, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, taxas, impostos e contribuições, acréscimos decorrentes de trabalhos noturnos, dominicais e em feriados ou em horas extraordinárias e quaisquer outras despesas, direta ou indiretamente, relacionadas com os serviços objeto da contratação.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas com a execução do contrato derivado desta licitação correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento geral do Município, identificadas através da seguinte classificação orçamentária:

02 – PODER EXECUTIVO

02.05.05 – Divisão de Merenda Escolar

12.306.0010.2036 – Merenda Escolar Ensino Fundamental

3.3.90.39 – Seguros em Geral



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

02.06.02 – Fundo Municipal de Saúde
10.301.0012.2044.0000 – Manutenção da Atenção Básica à Saúde
3.3.90.39 – Seguros em Geral
02.07.01 – Divisão Mun. Assistência Social Prom. Social
08.244.0016.2050.0000 – Coordenação Administrativa da Ass. Social
3.3.90.39 – Seguros em Geral
02.07.02 – Fundo Mun. De Assistência Social
08.244.0016.2051.0000 – Manut. Programa de Proteção Social Básica
3.3.90.39 – Seguros em Geral
02.07.02 – Fundo Mun. De Assistência Social
08.244.0017.2054.0000 – Manutenção da Proteção Social Especial
3.3.90.39 – Seguros em Geral
02.07.03 – Fundo Mun. Dos direitos da Criança e do Adolescente
08.243.0018.2059.0000 – Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar
3.3.90.39 – Seguros em Geral
02.10.01 – Diretoria Mun. Agricultura e Desenv. Rural
20.606.0026.6069.0000 – Prom. E Apoio às atividades da Agricultura
3.3.90.39 – Seguros em Geral
02.10.03 – Diretoria Municipal de Meio Ambiente
18.541.0027.2072.0000 – Desenv. De Ativ. De Prot. Ao Meio Ambiente
3.3.90.39 – Seguros em Geral
02.01.01 – Cheia do Executivo
04.122.0002.2004.0000 – Coordenação Geral do Poder Executivo
3.3.90.39 – Seguros em Geral
02.01.03 – Diretoria Municipal de Segurança Pública
06.181.0030.2011.0000 – Manutenção da Guarda Civil Municipal
3.3.90.39 – Seguros em Geral
02.03.01 – Diretoria Administrativa
04.122.0004.2008.0000 – Coord. e Manutenção da Divisão Administrativa
3.3.90.39 – Seguros em Geral
02.03.03 – Diretoria de Obras, Viação e Serviços
15.452.0020.2061.0000 – Coord. e Manutenção do Serviço Funerário
3.3.90.39 – Seguros em Geral
02.05.01 – Divisão Municipal de Educação
12.122.0006.2014.0000 – Coord. Secretaria Municipal de Educação
3.3.90.39 – Seguros em Geral
02.05.02 – Divisão de Educação Básica
12.361.0006.2016.0000 – Manut. Do Transp. Escolar Educação Básica
3.3.90.39 – Seguros em Geral
Fonte de Recurso:
01 – Tesouro Municipal
02 – Transferências e Convênios Estaduais – Vinculados
05 – Transferências e Convênios Federais – Vinculados

7. DO REAJUSTE

7.1. Decorridos 12 meses e na ocorrência de prorrogação do prazo de vigência contratual, poderá ser concedido reajuste dos valores



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

propostos pela CONTRATADA com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, considerando como data base a data da apresentação da proposta.

7.2. Caso haja algum imprevisto, ou fato superveniente que altere significativamente a correspondência entre os encargos do licitante vencedor e a remuneração por parte da Administração Pública, que impossibilite a entrega do objeto, e esse desequilíbrio não for dado causa pelo licitante, poderá ocorrer o realinhamento dos preços, desde que justificado e comprovado o aumento por meio de documentos fiscais, documentos públicos, convenções, pesquisa de órgãos especializados ou outros meios confiáveis e hábeis para tanto.

7.2.1. Nos preços apresentados na proposta devem estar contemplados os riscos previsíveis, em especial considerando os veículos com apólice em vigência.

7.2.2. O reequilíbrio econômico-financeiro será promovido levando-se em conta apenas o saldo não consumido, e não servirá, em hipótese alguma para ampliação de margem de lucro.

7.3. A recomposição de preços não ficará adstrita a aumento, devendo o fornecedor repassar ao município as reduções que possivelmente venham ocorrer em seus respectivos percentuais.

7.3.1. Tais recomposições poderão ser espontaneamente ofertadas pelo fornecedor ou providenciadas pelo município.

8. DAS MEDIÇÕES, LIQUIDAÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. A comprovação de que o objeto foi executado por parte da CONTRATADA será feita através do responsável, que autorizará a emissão da nota fiscal ou fatura de prestação de Serviços, atestando a execução no próprio documento fiscal.

8.1.1. A fatura deverá expressar o valor contido no total da nota fiscal, na qual deverão estar explicitados os cálculos para retenção legais.

8.1.2. Haverá a retenção de tributos na forma da legislação em vigor, devendo a Nota Fiscal destacar os valores correspondentes, conforme Decreto Municipal n.º 72/2023, salvo se a empresa for optante do Simples Nacional e assim o declarar na forma prevista, conforme Instrução Normativa RFB n. 1.234/2012.

8.1.3. No valor proposto para a execução do objeto deverão estar incluídos os custos básicos, os encargos sociais e todas as despesas diretas e indiretas, como fretes, equipamentos, seguro, encargos sociais e trabalhistas, taxas, impostos e contribuições, acréscimos decorrentes de trabalhos noturnos, dominicais e em feriados ou em horas extraordinárias, principalmente, quanto a obrigatoriedade de recolhimento do ISS e de contribuições do INSS, que poderão ser descontados e retidos pela Administração na fonte pagadora.

8.2. As medições não aprovadas serão devolvidas à empresa contratada, com as informações necessárias, que motivaram sua rejeição, que deverá providenciar as reparações, correções, remoções, reconstruções ou substituições, às suas expensas, no total ou em parte, do objeto da contratação, inclusive, quanto a qualidade dos materiais empregados, a fim de que ocorra sua reapresentação.

8.2.1. A devolução das medições e da respectiva nota fiscal/fatura não aprovadas pela fiscalização municipal, em hipótese alguma servirá de pretexto para que a empresa contratada suspenda a execução do objeto, sob a alegação de atraso dos pagamentos devidos pela Administração.

8.2.2. No caso de os serviços/produtos não estarem de acordo com as especificações técnicas e demais exigências desta Prefeitura, a mesma reterá o respectivo



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

pagamento até que sejam processadas as alterações e retificações determinadas. Durante o período de retenção não correrão juros ou atualizações monetárias de qualquer natureza para efeito de pagamento.

8.3. O **pagamento** será efetuado, em favor da licitante vencedora por meio de transferência em nome da CONTRATADA, conforme dados bancários fornecidos.

8.3.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, conforme emissão das apólices, contados da apresentação da nota fiscal/fatura no Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tabapuã, em duas vias, devidamente preenchidas, sem rasuras, juntamente com as cópias das requisições autorizadas pela CONTRATANTE.

8.3.2. Os pagamentos para os veículos que já possuem seguro em vigor apenas ocorrerão após o vencimento da apólice em vigor e respectiva solicitação e emissão do novo seguro, nos termos definidos neste contrato.

8.3.3. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número da ordem de serviço, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do serviço e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

8.3.4. As notas fiscais deverão seguir a legislação vigente para emissão eletrônica.

8.3.5. Não será iniciada a contagem de prazo, caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários à liquidação da despesa contenham incorreções.

8.3.6. Quando houver erro, de qualquer natureza, na emissão da nota fiscal/fatura, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando nenhum ônus a Administração Pública.

8.3.7. A Administração se reserva o direito de efetuar o pagamento parcial mediante o cálculo "pró-rata".

8.3.8. Fica expressamente estabelecido que a Administração não aponha aceite em duplicata, triplicata e/ou letra de câmbio, e que somente liquidará os títulos mediante regular tramitação e aprovação das medições a eles vinculados, conforme preconiza o artigo 63, da Lei Federal nº 4.320/64, assim como, também, não aceitará nenhuma cobrança bancária, ou emissão de títulos.

9. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

9.1. O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

9.2. O prazo contratual, obedecidas as normas legais e regulamentares, poderá ser prorrogado nos termos da lei 14.133/21.

9.3. A obrigação da CONTRATADA em garantir a qualidade do objeto conforme especificações do Termo de Referência, pelo prazo da respectiva validade, subsistirá mesmo que se tenha atingido o termo final do prazo contratual.

9.4. O prazo de vigência das apólices deverá ser de 12 (doze) meses após a sua emissão, que ocorrerá conforme cronograma de entregas apresentado no Termo de Referência, ou seja, conforme o vencimento das apólices em vigência.

10. DAS GARANTIAS E RESPECTIVOS PRAZOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

10.1. A prestação do serviço objeto deste contrato estará garantida nos termos da Lei Federal 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

11. DOS DIREITOS DAS PARTES

11.1. Os pedidos da CONTRATADA deverão ser respondidos no prazo de 15 dias úteis, prorrogáveis pela Administração caso a análise seja complexa ou seja necessária a apresentação de novos documentos pela CONTRATADA.

11.2. A CONTRATANTE fica no direito que lhe confere, modificar o presente contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público; rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos previstos neste instrumento e nos casos previstos em lei e, fiscalizar a execução do contrato.

11.3. Eventuais recursos administrativos poderão ser interpostos através do protocolo geral da Prefeitura Municipal, mediante petição fundamentada, constando a identificação do sócio ou diretor, ou do representante legal ou preposto da empresa CONTRATADA, acompanhado do documento respectivo (ato constitutivo em vigor ou procuração), observando, para esse efeito, as normas estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/21, em sua atual redação.

11.4. Cabe recurso administrativo pela empresa CONTRATADA dos atos e das decisões do CONTRATANTE, no prazo definido pelo artigo 165 e 166 da Lei n.º 14.133/21, contados da data da respectiva intimação, por meio de comunicação direta ou publicação no Diário Oficial do Município, principalmente, nos casos de rescisão do contrato e aplicação de penalidades de advertência, suspensão temporária ou de multa.

11.5. Para efeito de contagem dos prazos legais de interposição de recurso, estes só se iniciam e vencem nos dias úteis, assim considerados aqueles em que houver expediente normal na Prefeitura Municipal de Tabapuã, excluindo-se o do início e incluindo-se o do vencimento, considerando-se os dias consecutivos.

11.6. Os recursos serão apresentados por escrito ao CONTRATANTE, por intermédio de quem praticou o ato recorrido, que poderá reconsiderar sua decisão, ou encaminhá-lo ao Prefeito Municipal, devidamente instruído dos documentos necessários, para que profira sua decisão.

11.7. Os pedidos da CONTRATADA, cujo assunto seja referente a equilíbrio econômico financeiro ou repactuação, se o caso, deverão ser respondidos no prazo de 15 dias úteis, prorrogáveis pela Administração caso a análise seja complexa ou seja necessária a apresentação de novos documentos pela CONTRATADA.

11.8. A CONTRATANTE fica no direito que lhe confere, modificar o presente contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público; rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos previstos neste instrumento e nos casos previstos em lei e, fiscalizar a execução do contrato.

12. DAS RESPONSABILIDADES GERAIS

12.1. São responsabilidades da CONTRATADA:

12.1.1. Executar o objeto do contrato conforme condições e especificações constantes no edital e seus anexos;

12.1.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

- 12.1.3. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- 12.1.4. Indicar o nome do responsável para representar na execução contratual;
- 12.1.5. Substituir ou refazer, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem em desacordo com o edital e seus anexos, imediatamente ou no prazo que for definido pela Contratada.
- 12.1.6. Responsabilizar-se tecnicamente pelos serviços/produtos constantes deste instrumento contratual;
- 12.1.7. A CONTRATADA deverá manter em sua sede, com recursos próprios, os equipamentos de telecomunicações necessários ao recebimento de mensagens de fax ou e-mail, e ainda assumir as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, inclusive, de diárias, locomoção e refeições decorrentes da execução do objeto do contrato;
- 12.1.8. Responder civil e administrativamente por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa, no cumprimento do Contrato, venha diretamente ou indiretamente provocar ou causar por si ou por seus empregados/ajudantes, à Contratante ou à terceiros, bem como ao Patrimônio Público, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado da CONTRATANTE;
- 12.1.9. Acatar e facilitar a ação da fiscalização da **CONTRATANTE**, cumprindo as exigências da mesma;
- 12.1.10. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- 12.1.11. Aceitar os acréscimos ou supressões julgadas necessárias pelo CONTRATANTE, nos limites estabelecidos na Lei n. 14.133/2021;

12.2. Para a execução do objeto do presente contrato, o **CONTRATANTE** obriga-se a:

- 12.2.1. Indicar, formalmente, o seu representante legal para acompanhar e fiscalizar a execução contratual, a fim de verificar o atendimento às especificações e demais normas técnicas, podendo ser contratado terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.
- 12.2.2. Expedir a Ordem de Serviço/Fornecimento após a assinatura do presente contrato e de acordo com o cronograma financeiro constante do Edital.
- 12.2.3. Efetuar o pagamento de acordo com as medições realizadas devidas à empresa CONTRATADA, de acordo com o cronograma previsto, assim como dos termos e condições estabelecidos no respectivo contrato;
- 12.2.4. Facilitar, por todos os meios, o cumprimento das obrigações da empresa CONTRATADA, dando-lhe acesso às suas instalações, promovendo o bom entendimento entre os servidores públicos e os seus empregados, assim como cumprindo todas as obrigações estabelecidas neste contrato;
- 12.2.5. Prestar aos empregados da empresa CONTRATADA informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza do objeto contratual;



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

13. DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

13.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

13.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

13.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

13.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

13.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

13.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

13.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

14. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

14.1. A Gestão e a Fiscalização da Contratação caberão aos representantes da Administração especialmente designados, sendo que nos impedimentos e afastamentos legais destes, suas funções serão desempenhadas por seus respectivos substitutos.

14.1.1. A Administração poderá alterar a designação dos gestores e fiscais, quando conveniente, sendo consignado formalmente nos autos e comunicado à CONTRATADA, sem necessidade de elaboração de termo aditivo.

14.1.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos gestores e fiscais deverão ser solicitadas, em tempo oportuno, à autoridade competente, para adoção das medidas que julgar convenientes.

14.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto consistem na verificação da conformidade deste e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma da Lei nº 14.133/2021.

14.3. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, como advertência, multa, e demais previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

14.4. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

14.5. O Município de Tabapuã exercerá a mais ampla fiscalização e supervisão dos trabalhos referentes ao objeto licitado, sem prejuízo da responsabilidade da licitante contratada.

15. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO E DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

16.1. Em regra, não é admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica.

16.1.1. Poderá ser admitida a fusão, cisão ou incorporação da contratada desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência prévia e expressa da Administração à continuidade do contrato.

16.2. A critério exclusivo da Prefeitura Municipal, mediante prévia justificativa e desde que aceita pela Administração Pública, respeitados as condições, formalidades, termos e regras estabelecidos neste edital, no contrato administrativo e na lei de regência, poderá haver subcontratação para a realização de partes do objeto desta licitação, sob a integral e exclusiva responsabilidade da contratada.

16.2.1. No caso do item anterior, quando permitida a subcontratação, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do contrato, a relação jurídica será exclusiva entre a subcontratada ou subempreiteira e a contratada, a qual será integralmente responsável pelas ações e serviços realizados por aquela e não haverá qualquer



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

obrigação ou responsabilidade de qualquer natureza da contratante, perante a subcontratada ou subempreiteira, seus empregados, prepostos e terceiros.

17. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

17.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas nos incisos I a IX do art. 137 da Lei 14.133/2021.

17.2. A extinção do contrato poderá ser:

17.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

17.2.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

17.2.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

17.3. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

17.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar as consequências indicadas no art. 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021 e nos demais instrumentos presentes no Processo em epígrafe (termo de referência, edital).

17.5. O termo de rescisão conterà ou será precedido de relatório que indicará, conforme o caso, os eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos, relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos, e as indenizações e multas.

18. DAS PENALIDADES CABÍVEIS

18.1. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

18.1.1. Advertência;

18.1.2. Multa;

18.1.3. Impedimento de licitar e contratar; e

18.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

18.2. Na aplicação das sanções serão considerados de forma proporcional para a gradação das penalidades:

18.2.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

18.2.2. As peculiaridades do caso concreto;

18.2.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

18.2.4. Os danos que dela provierem para a administração pública;

18.2.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.3. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente aos casos de inexecução parcial do contrato, salvo quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

18.4.

Em relação à sanção de multa:

- 18.4.1. A sanção de multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da contratação, e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.
- I. Para os casos previstos nos incisos IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, será aplicada multa de 0,5% a 5% do valor do objeto licitado.
 - II. Em caso de descumprimento parcial das obrigações pactuadas após notificação de advertência, será aplicada multa de 5% a 10% do valor do contrato.
 - III. Em caso de descumprimento parcial que cause danos à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, será aplicada multa de 10% até 20% do valor do contrato.
 - IV. Em caso de descumprimento total das obrigações pactuadas, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
 - V. Para os casos previstos nos incisos VIII, IX, X, XI, XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, será aplicada multa de 15% a 30% do objeto contratado.
- 18.4.2. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.
- 18.4.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 18.4.4. A sanção de multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

18.5.

A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito desta Administração Pública pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.6.

A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

- 18.6.1. A declaração será precedida de análise jurídica e observará as regras definidas no §6º, do artigo 156, da Lei 14.133/21.

18.7.

A aplicação das sanções de impedimento e declaração de idoneidade realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.8.

As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.9.

Caberá **recurso** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.10. Caberá a apresentação de **pedido de reconsideração** da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

18.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

18.12. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

18.13. Independentemente da aplicação das penalidades retro indicadas, a (s) licitante (s) ficará(o) sujeita(s), ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração Pública e decorrentes de sua inadimplência, bem como arcará(o) com a correspondente diferença de preços verificada em nova contratação, na hipótese da(s) licitante(s) classificada(s) não aceitar(em) a contratação pelos mesmos preços e prazos fixados pela inadimplente.

18.14. Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada; tratando-se de penalidade que implique no impedimento de licitar e contratar com a PREFEITURA, ou de declaração de inidoneidade, será obrigatória a comunicação do ato ao Tribunal do Contas do Estado.

18.15. Na aplicação das sanções serão considerados:

18.15.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

18.15.2. As peculiaridades do caso concreto;

18.15.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

18.15.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

18.15.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de contrato.

19. DO FORO

19.1. Nos termos do art. 92, §1º, da Lei 14.133/21, o foro competente para dirimir qualquer questão contratual será o da sede da Administração, que se encontra no Município de Tabapuã/SP.

E, por estarem às partes justas e contratadas, firmam o presente CONTRATO em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Tabapuã/SP, XX de XXXXXXXX de 2024.

CONTRATANTE
Prefeito Municipal

CONTRATADA

Testemunhas:

1ª _____
NOME: XXXXXXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXX
2ª _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo
CNPJ. 45.128.816/0001-33

NOME: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº --/2024; Contratante: MUNICÍPIO DE TABAPUÃ/SP; Contratada: -----
; Licitação Processo nº. xxx, PREGÃO ELETRÔNICO nº. 004/2024; Objeto: contratação de empresa para o fornecimento de Coberturas Securitárias aos Veículos que compõem a frota da Prefeitura Municipal de Tabapuã/SP, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência que segue anexo. Classificação orçamentária: 02 – PODER EXECUTIVO -02.05.05 – Divisão de Merenda Escolar - 12.306.0010.2036 – Merenda Escolar Ensino Fundamental - 3.3.90.39 – Seguros em Geral - 02.06.02 – Fundo Municipal de Saúde - 10.301.0012.2044.0000 – Manutenção da Atenção Básica à Saúde - 3.3.90.39 – Seguros em Geral - 02.07.01 – Divisão Mun. Assistência Social Prom. Social - 08.244.0016.2050.0000 – Coordenação Administrativa da Ass. Social - 3.3.90.39 – Seguros em Geral - 02.07.02 – Fundo Mun. De Assistência Social - 08.244.0016.2051.0000 – Manut. Programa de Proteção Social Básica - 3.3.90.39 – Seguros em Geral - 02.07.02 – Fundo Mun. De Assistência Social - 08.244.0017.2054.0000 – Manutenção da Proteção Social Especial - 3.3.90.39 – Seguros em Geral - 02.07.03 – Fundo Mun. Dos direitos da Criança e do Adolescente - 08.243.0018.2059.0000 – Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar - 3.3.90.39 – Seguros em Geral - 02.10.01 – Diretoria Mun. Agricultura e Desenv. Rural - 20.606.0026.6069.0000 – Prom. E Apoio às atividades da Agricultura - 3.3.90.39 – Seguros em Gera - 02.10.03 – Diretoria Municipal de Meio Ambiente - 18.541.0027.2072.0000 – Desenv. De Ativ. De Prot. Ao Meio Ambiente - 3.3.90.39 – Seguros em Geral - 02.01.01 – Cheia do Executivo - 04.122.0002.2004.0000 – Coordenação Geral do Poder Executivo - 3.3.90.39 – Seguros em Geral - 02.01.03 – Diretoria Municipal de Segurança Pública - 06.181.0030.2011.0000 – Manutenção da Guarda Civil Municipal - 3.3.90.39 – Seguros em Geral - 02.03.01 – Diretoria Administrativa - 04.122.0004.2008.0000 – Coord. e Manutenção da Divisão Administrativa - 3.3.90.39 – Seguros em Geral - 02.03.03 – Diretoria de Obras, Viação e Serviços - 15.452.0020.2061.0000 – Coord. e Manutenção do Serviço Funerário - 3.3.90.39 – Seguros em Geral - 02.05.01 – Divisão Municipal de Educação - 12.122.0006.2014.0000 – Coord. Secretaria Municipal de Educação - 3.3.90.39 – Seguros em Geral - 02.05.02 – Divisão de Educação Básica - 12.361.0006.2016.0000 – Manut. Do Transp. Escolar Educação Básica - 3.3.90.39 – Seguros em Geral - Fonte de Recurso:01 – Tesouro Municipal - 02 – Transferências e Convênios Estaduais – Vinculados - 05 – Transferências e Convênios Federais – Vinculados. Vigência: xx (xxx) meses, contados a partir de sua assinatura; Valor: R\$ -----; Data da assinatura: --/--/2024.- nome: XXXXXXXXXX – Prefeito Municipal. PUBLIQUE-SE.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

ANEXO VII

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO (CONTRATOS)

CONTRATANTE: **MUNICIPIO DE TABAPUÃ**

CONTRATADO:

CONTRATO Nº

OBJETO:

ADVOGADO (S) / Nº OAB: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);

e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: Tabapuã, xx de xxx de 2024

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

CPF nº

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome:

Cargo:

CPF

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESA DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

Advogado:

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.